

CONTROVÉRSIAS ENTRE OS PIONEIROS DA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PEDRO HENRIQUE BATISTA DE BARROS



**CONTROVÉRSIAS ENTRE OS PIONEIROS DA
TEORIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO**



PEDRO HENRIQUE BATISTA DE BARROS

**CONTROVÉRSIAS ENTRE OS PIONEIROS DA
TEORIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO**

1ª Edição

Quipá Editora
2024

Copyright © dos autores e autoras. Todos os direitos reservados.

Esta obra é publicada em acesso aberto. O conteúdo dos capítulos, os dados apresentados, bem como a revisão ortográfica e gramatical são de responsabilidade de seus autores, detentores de todos os Direitos Autorais, que permitem o download e o compartilhamento, com a devida atribuição de crédito, mas sem que seja possível alterar a obra, de nenhuma forma, ou utilizá-la para fins comerciais.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B237c Barros, Pedro Henrique Batista dos
Controvérsias entre os pioneiros da teoria do desenvolvimento econômico / Pedro Henrique Batista de Barros. — Iguatu, CE : Quipá Editora, 2024.

72 p. : il.

ISBN 978-65-5376-304-3 DOI 10.36599/qped-978-65-5376-304-3

1. Economia – Desenvolvimento. I. Título.

CDD 330

Elaborada por Rosana de Vasconcelos Sousa — CRB-3/1409

Obra publicada pela Quipá Editora em fevereiro de 2024

Quipá Editora
www.quipaeditora.com.br
@quipaeditora

INTRODUÇÃO

A teoria clássica do desenvolvimento econômico se estabeleceu durante a década de 1940 e 1950, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Ela foi influenciada inicialmente pela Revolução Keynesiana que, ao demonstrar a inaplicabilidade das técnicas ortodoxas da época para explicar e contornar o substancial subemprego de capital humano e físico durante a Grande Recessão, incentivou questionamentos semelhantes voltados às áreas subdesenvolvidas, dominadas por subemprego rural (Hirschman, 1981; Bianchi, 2007). De fato, Meier (1984) ressalta que a excessiva ênfase dada pelos pioneiros na acumulação de capital, industrialização e no planejamento centralizado remontam ao arcabouço Keynesiano; a necessidade de um crescimento equilibrado, como defendido por Nurkse (1953) e Rosenstein-Rodan (1943; 1963), por exemplo, podem ser enquadrados nesse contexto.

Além disso, segundo Hirschman (1981), o surgimento da teoria economia do desenvolvimento ocorreu a partir de dois ingredientes básicos. O primeiro se refere a rejeição da ideia de monoeconomia, que economia desenvolvidas e subdesenvolvidas podem ser tratadas da mesma forma, contestando, portanto, um pilar de sustentação da ortodoxia econômica. Por exemplo, as tecnologias e indústrias intensivas em capital do mundo moderno são menos efetivas para absorver os excedentes de mão de obra agrícola nos atuais países subdesenvolvidos, fato que tem causado persistentes crises inflacionárias e no balanço de pagamentos em seus processos de industrialização. O segundo, por outro lado, retifica a possibilidade de benefício mútuo entre os países, caso a relação seja configurada adequadamente, remetendo, por exemplo, a possibilidade de ganhos através da expansão do comércio, além da transferência financeira e da assistência técnica. Por exemplo, a incapacidade de diversos países subdesenvolvidos em sustentarem um nível de poupança adequado aos seus esforços de desenvolvimento poderia ser minimizado com ajuda externa dos países desenvolvidos.

A economia do desenvolvimento surgiu não como uma disciplina de objetivo puramente teórico, mas principalmente como arcabouço para a tomada de decisões políticas voltadas ao desenvolvimento econômico, em particular, para a superação da pobreza (Hirschman, 1981; Meier, 1984).

Durante esse período, vários autores enfatizaram a importância das externalidades pecuniárias para o desenvolvimento, chamadas de “economias externas”, além da complementariedade entre os setores industriais, economias de escala e de uma oferta de mão de obra elástica (Krugman, 1993; Krueger, 1997). Por exemplo, muitas indústrias em setores modernos se tornam lucrativas somente após um determinado nível de produção, sem o qual não conseguem se estabelecer. Sendo assim, aumentos na escala produtiva possibilitam crescimentos na produtividade da indústria, aumentando a demanda por mão-de-obra e reduções nos preços do bem produzido. Além disso, lucros maiores possibilitam o pagamento de prêmio acima dos salários correntes, atraindo trabalhadores para esses setores mais dinâmicos. Os menores preços, por sua vez, podem reduzir os custos de outras empresas, no caso desse ser um bem intermediário. Tal processo só é efetivado num cenário de oferta elástica de mão-de-obra, advindas especialmente de setores não modernos da economia. Por fim, tais elementos em combinação possibilitam a emergência de externalidades pecuniárias, gerando ciclos de aumentos na renda real (Krugman, 1993).

Anteriormente ao surgimento da economia do desenvolvimento, predominava a “economia colonial” e a “teoria colonial”, que afirmavam ser as condições existentes nos países subdesenvolvidos as responsáveis pelo subdesenvolvimento. Dentre essas causas, destacavam-se o clima tropical, pressões exercidas pelo crescimento populacional, a falta de recursos, a presença de instituições rígidas e irracionais, assim como da existência de valores que tornavam os indivíduos imunes aos incentivos e oportunidades econômicas (Myrdal, 1981).

O surgimento da teoria do desenvolvimento econômico se deveu, em grande medida, ao contexto internacional existente no período, que presenciou o fim do imperialismo e do colonialismo,

além do surgimento de instituições multilaterais voltadas à auxiliar o desenvolvimento de países subdesenvolvidos. Nesse sentido, o cenário internacional tornava propício e, de certa forma, requeria o surgimento de uma subdisciplina voltada a compreender os desafios e causas do desenvolvimento econômico em países subdesenvolvidos, emergentes e em desenvolvimento, termos, inclusive, cunhados nessa época, refletindo as mudanças e aspirações em curso no período. Além disso, Meier (1984) destaca que, após a Segunda Guerra Mundial, os principais países capitalistas passaram a temer que os países subdesenvolvidos caíssem sob domínio comunista caso não se desenvolvessem. Somado a esses fatos geopolíticos, têm-se a expansão das ideias humanistas e igualitárias, que, em última instância, incentivaram o surgimento dos esforços de desenvolvimento e superação da pobreza. Foi nesse contexto, por exemplo, que também se criou a base política para a realização de doações e transferências internacionais de recursos e tecnologia com finalidade humanitária.

A experiência da União Soviética de planejamento central, conjuntamente as experiências bem-sucedidas de planejamento de guerra e a recuperação da Europa, também influenciaram muitos dos pioneiros da economia do desenvolvimento. Esse fato se refletiu, segundo Meier (1984), no “*policy-optimism*” dos autores - de que seria possível superar o subdesenvolvimento por meio de políticas públicas. As estratégias de planejamento se voltavam especialmente no sentido de possibilitar a industrialização, a substituição de importações e a mobilização dos recursos necessários ao desenvolvimento. A industrialização tardia experimentada pelos países subdesenvolvidos, segundo Hirschman (1981), possuía características únicas, fato que justificava uma formulação diferente. Sen (1988) ressalta que a teoria do desenvolvimento econômico, muitas vezes, buscou se separar do restante da teoria econômica, constituindo-se como uma subárea independente, fato que o autor não concorda plenamente, pois acredita que a economia do desenvolvimento pode se beneficiar de muitos dos métodos e instrumentos da teoria econômica. No mesmo sentido, Schultz (1956; 1980), mesmo se enquadrando como um pioneiro, não acreditava na inaplicabilidade da teoria econômica para compreender a pobreza e os problemas dos países subdesenvolvidos.

Sen (1988) também ressalta a existência de uma ligação estreita entre a teoria do desenvolvimento econômico e a do crescimento econômico, especialmente em suas versões iniciais após a Segunda Guerra Mundial. Segundo o autor, isso se torna evidente, por exemplo, em autores como Rosenstein-Rodan (1943), Singer (1952), Nurkse (1953), Lewis (1954), Hirschman (1958), etc., que enfatizavam a importância do crescimento econômico e material para o desenvolvimento quase como uma condição necessária e suficiente. No mesmo sentido, Meier (1984) destaca que a visão predominante era de que o desenvolvimento econômico era praticamente sinônimo de crescimento da renda *per capita*.

De maneira geral, no contexto de consolidação das teorias do desenvolvimento econômico na década de 1950, medidas de proteção, planejamento, investimentos públicos e intervenções estatais eram vistos como condições necessárias para mobilizar os recursos subutilizados em direção a industrialização e, conseqüentemente, ao desenvolvimento. Entretanto, a partir da década de 60, a subdisciplina experimentou um contínuo declínio em sua influência, especialmente por ter sido associada a diversos desastres de desenvolvimento como guerras civis, regimes autoritários e perda de direitos civis ocorridos em países do terceiro mundo. No Brasil, por exemplo, o período conhecido como “milagre econômico” (I PND) entre 1967 e 1973, ocorreu concomitantemente com o endurecimento do regime militar (Hirschman, 1981).

Além disso, autores de abordagem neoclássica realizaram duras críticas a Economia do Desenvolvimento, com destaque para os resultados práticos que políticas resultantes ocasionavam. Dentre elas, destacam-se a má alocação de recursos, sérios problemas inflacionários e de balanço de pagamentos, além de eventuais abusos e exageros executados em nome do “Desenvolvimentismo”. No início de 1970, o papel do Estado na economia, tanto em países desenvolvidos quanto em desenvolvimento passou a ser malvisto, fazendo crescer preocupações acerca das distorções criadas pelas intervenções. Além disso, a ênfase no desenvolvimento industrial possibilitou a

industrialização em diversos países, porém muitos com resultados duvidosos (Meier, 1987; Wade, 1990; Krugman, 1993).

Em termos práticos para a queda da Economia do Desenvolvimento, pode-se citar alguns fatores importantes. A ênfase no desenvolvimento de uma base industrial possibilitou a sua criação em diversos países, porém, em grande parte, os resultados foram ineficientes, indicando que industrialização não necessariamente está relacionado com o desenvolvimento. Outro ponto importante é o foco excessivo ao mercado interno e do protecionismo num contexto onde casos de sucesso de desenvolvimento voltavam-se para uma industrialização direcionada para o mercado externo. Por fim, a necessidade do surgimento de uma burocracia estatal para a execução das políticas preconizadas pelo Economia do Desenvolvimento incentivou a uma crescente discricionariedade e “*rent-seeking*” por parte dos agentes econômicos (Krugman, 1993).

Apesar disso, Krugman (1993) defende a hipótese que a teoria clássica do desenvolvimento econômico perdeu seu prestígio e deixou de fazer parte do *mainstream*, em grande parte, devido a não codificação de suas ideias de forma clara em modelos consistentes. Os pioneiros, segundo o autor, teriam falhado em transformar suas intuições acerca do processo de desenvolvimento em modelos formais que poderiam servir de suporte e fundamentação para a subdisciplina, num contexto onde o rigor científico era crescente na teoria econômica,

[...] were at first unable, and later unwilling, to codify them in clear, internally consistent models. At the same time, the expected standard of rigor in economic thinking was steadily rising. The result was that development economics as a distinctive field was crowded out of the mainstream of economics. Indeed, the ideas of development theory came to seem not so much wrong as incomprehensible. [...] development economics failed to make their points with sufficient analytical clarity to communicate their essence to other economists, and perhaps to themselves (Krugman, 1993, p. 15-16).

De qualquer modo, Krugman (1993) argumenta que a não formalização em modelos da Economia do Desenvolvimento se deveu mais pela dificuldade em conciliar economias de escala com uma estrutura de mercado competitiva, comum à época, do que a incapacidade matemática de seus expoentes. Entretanto, muitos deles, como Myrdal e Hirschman, apesar de bem dotados matematicamente, adotaram um claro comportamento anti-modelagem, reforçando o caráter de não formalização em modelos da teoria. A partir de 1970, a aceitação de teorias e trabalhos sem uma fundamentação em modelos claros e formalizados tornou-se rara, induzindo ao abandono da Economia do Desenvolvimento.

“Development theorists were unable to formulate their ideas with the precision required by an increasingly model-oriented economic mainstream and were thus left behind.” (Krugman, 1993, pg. 28).

De qualquer modo, Krugman (1993) enfatiza a importância de vários conceitos e formulações teóricas propostas pelos autores pioneiros, o que denominou de “*high development theory*”. Para o autor, muitas dessas concepções não são necessariamente erradas em seu conteúdo, apesar de terem induzidos formulações inadequadas políticas e/ou não tenham sido formalizadas. É nesse contexto que a leitura e a recuperação dos clássicos dessa subdisciplina podem ser úteis no sentido de resgatar ideias e conceitos que foram “abandonados” pelo *mainstream* econômico, mas que, na prática, ainda seriam essenciais para a compreensão dos processos inerentes ao desenvolvimento econômico,

The ideas of 'high development theory' came to seem not so much wrong as incomprehensible. Indeed, in some ways it was a remarkable anticipation of ideas that would come to analytical fruition thirty years later. There is a valid and useful set of core ideas that can be usefully resurrected, which calls for a "counter-

counterrevolution" that restores some of the distinctive focus that characterized development economics before 1960 (Krugman, 1993, p.15-19).

É, portanto, nesse contexto que se insere o presente trabalho, o qual visa recuperar os referidos debates entre os pioneiros e, assim, permitir uma melhor compreensão da formação da teoria clássica do desenvolvimento econômico. Feito isso, indiretamente, também possibilitará ao leitor confrontar a hipótese de Krugman (1993) de que muitos dos conceitos e teorias concebidas durante o período clássico ainda podem ser relevantes ao atual debate sobre o desenvolvimento econômico. De modo geral, apesar de muitos dos pioneiros adotarem uma abordagem estruturalista, Meier (1984) ressalta que há diversas vertentes e controvérsias entre os autores clássicos, não existindo um consenso geral, o que reforça a necessidade de recuperação de seus debates.

Some may choose to summarize the mainstream development economics of the 1950s as being structural shaped by trade pessimism, emphasizing planned investment in new physical capital, utilizing reserves of surplus labor, adopting import substitution industrialization policies, embracing central planning of change, and relying on foreign aid. But there were crosscurrents, and the period was characterized by vigorous debate over some leading issues. Especially notable were controversies over balanced growth, industrialization, import substitution and planning. The debates on some of these issues are still unresolved (Meier, 1984, p. 22).

Tal esforço se mostra ainda mais relevante porque temas relacionados ao desenvolvimento econômico têm ganhado expressividade em períodos recentes, fazendo a subdisciplina, de certa forma, a voltar ao *mainstream* econômico. De fato, diversos autores e abordagens contemporâneas têm tratado de temas caros aos pioneiros (Akbulut et al., 2015). Por exemplo, Sen (1999), Banerjee e Duflo (2011) e Deaton (2013)¹ abordam, numa perspectiva principalmente microeconômica, temas

¹ Vale destacar que os autores mencionados ganharam o Prêmio de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel, respectivamente, em 1998, 2015 e 2019.

como desenvolvimento humano, poupança, empreendedorismo, acesso à crédito, educação, saúde e etc. De um ponto de vista macroeconômico, destacam-se os trabalhos de Rodrik (2010) e Acemoglu e Robinson (2012), que enfatizam, em especial, o papel das instituições no desenvolvimento econômico. Além disso, a macroeconomia estruturalista e o desenvolvimentismo contemporâneo, que, segundo Bresser-Pereira (2016), acreditam ser as diferenças e complexidades estruturais uma das principais responsáveis pelas diferenças de desenvolvimento entre os países, possuem elementos-chaves que remontam aos autores pioneiros do desenvolvimento econômico.

Sendo assim, o presente trabalho pode contribuir para o debate contemporâneo sobre causas do desenvolvimento econômico, recuperando algumas das ideias clássicas que possam ainda ser úteis, mas que, por ventura, foram deixadas de lado. Em suma, o ensaio apresentará uma discussão sobre as controvérsias existentes na literatura clássica do desenvolvimento econômico, buscando ressaltar as principais ideias e hipóteses dos autores pioneiros. Adota-se, de modo geral, Hirschman (1981), Meier (1984; 1987), Sen (1998) e Krugman (1993) como referências básicas para a escolha dos autores a serem abordados, assim como sobre os aspectos a serem detalhados.

Sendo assim, na segunda seção, discorre-se sobre a existência de um dualismo setorial e de estágios de desenvolvimento. Na terceira, aborda-se o entendimento dos autores clássicos acerca do papel das instituições, da classe empreendedora e do capital humano para a ocorrência do desenvolvimento econômico. A quarta seção traz o debate e a controvérsia existente sobre a necessidade ou não de um crescimento equilibrado em países subdesenvolvidos. A quinta seção discorre sobre os determinantes do desenvolvimento e/ou sua eventual estagnação. A sexta discute as vertentes interpretativas sobre a possibilidade ou não de benefício para os países subdesenvolvidos em suas relações com os desenvolvidos. Por fim, tem-se as considerações finais.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1 **13**

DUALISMO SETORIAL E ESTÁGIOS DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO

CAPÍTULO 2 **23**

INSTITUIÇÕES, CLASSE EMPREENDEDORA E CAPITAL HUMANO

CAPÍTULO 3 **30**

CRESCIMENTO EQUILIBRADO *VERSUS* DESEQUILIBRADO

CAPÍTULO 4 **41**

DETERMINANTES DO DESENVOLVIMENTO E DA ESTAGNAÇÃO
ECONÔMICA

CAPÍTULO 5 **51**

RELAÇÕES ENTRE PAÍSES DESENVOLVIDOS E
SUBDESENVOLVIDOS: BENEFÍCIO MÚTUO, CENTRO-PERIFERIA E
DEPENDÊNCIA

CAPÍTULO 6 **62**

INTERPRETAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS PRÁTICOS DA TEORIA
DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO MUNDO

CAPÍTULO 7 **68**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS **69**

CAPÍTULO 1

DUALISMO SETORIAL E ESTÁGIOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Dentre os pioneiros do desenvolvimento econômico, Lewis (1954) se destaca ao propor o resgate das abordagens dos clássicos e assim criar uma teoria capaz de explicar o processo de desenvolvimento econômico num contexto de oferta ilimitada de trabalho, comum em países pobres. De maneira geral, o modelo dualista com subemprego é adequado para países com grandes populações comparativamente a disponibilidade de capital e recursos naturais, onde há uma oferta ilimitada de trabalho e a coexistência de um setor moderno e um setor de subsistência. Para Gollin (2014), o dualismo setorial de Lewis (1954) encontra respaldo em países subdesenvolvidos, apesar da dificuldade de delimitação clara. Apesar disso, o autor afirma que parcela considerável do setor de subsistência de Lewis (1954) seria pelo setor agrícola, conjuntamente a alguns serviços urbanos.

Vale destacar que os autores clássicos já sustentavam a ideia de que haveria uma oferta ilimitada de trabalho, mas essa hipótese foi abandonada pelos autores neoclássicos. Porém, Lewis (1954) argumenta que esse cenário somente é válido para os países desenvolvidos e por isso buscou resgatar as abordagens clássicas, mais adequada aos países pobres. Apesar disso, a sua finalidade básica não foi negar a economia neoclássica, que, segundo o próprio autor, funciona bem para explicar a economia na presença de oferta limitada de trabalho. Seu objetivo, na prática foi criar um “*framework*” para entender o processo de desenvolvimento num contexto de oferta ilimitada.

No modelo de Lewis (1954), há uma oferta ilimitada de trabalho ao salário acima do de subsistência e o deslocamento de trabalhadores para o setor capitalista não necessariamente diminui a produção no setor de subsistência. Dessa forma, o crescimento econômico se dá através da migração dos trabalhadores do setor de subsistência para o setor capitalista com maior produtividade.

O elemento central desse processo se dá com o reinvestimento dos excedentes gerados no setor capitalista, fato que o expande.

“The key to the process is the use which is made of the capitalist surplus. In so far as this is reinvested in creating new capital, the capitalist sector expands, taking more people into the capitalist employment out of the subsistence sector” (Lewis, 1954, pg. 152).

Portanto, enquanto houver oferta ilimitada de trabalho, o processo de expansão do setor capitalista pode ocorrer sem maiores alterações nas condições vigentes. Porém, no limite, conforme a taxa de acumulação do capital se mantém acima do crescimento da população, teremos um momento no qual não haverá mais oferta ilimitada de trabalho, diante do qual o mundo neoclássico passaria a valer.

Ademais, no modelo neoclássico, devido a limitação na oferta de trabalho, investimentos só podem ocorrer quando há diminuição do consumo. Porém, no modelo de Lewis com subemprego, existe a possibilidade de aumentar a produção de capital, principalmente infraestrutura, sem necessariamente diminuir o consumo. Isso ocorre no caso de o aumento do investimento ocorrer devido a uma política de crescimento de crédito, o que torna possível redirecionar trabalhadores para formação de capital sem diminuir consumo, porém com o custo de elevação de preços e redistribuição da renda.

O processo inflacionário ocorrerá até a proporção do lucro aumentar na renda nacional ao ponto da poupança se igualar ao nível “artificial” de investimento. Entretanto, vale destacar que se nenhuma classe absorver o impacto inflacionário, devido a uma “briga” distributiva, não haverá um equilíbrio final, já que o aumento dos lucros na renda nacional nunca será permanente, resultando em inflação continuada.

Uma possibilidade intermediária emergiria se, dados os resultados em termos de elevação da renda dos investimentos, os lucros aumentassem mais rapidamente do que a renda de outras classes. Portanto, excluindo o caso extremo, improvável, a inflação é auto destrutiva em vista de que o aumento subsequente da produção, caso mantida a oferta monetária fixa, diminuiria os preços. Tal cenário, entretanto, só é possível se a oferta monetária não for excessivamente alta, pois, caso contrário, não haveria tempo para a produção crescer, fato que poderia induzir os indivíduos a perderem a confiança no dinheiro. É nesse contexto que se poderia afirmar que os ciclos econômicos verificados em economias capitalistas se devem aos ajustes na oferta de crédito e na base monetária, pois, se toda formação de capital fosse financiada a partir dos lucros, o crescimento seria sem grandes variações.

Vale destacar que nesse modelo desenvolvido por Lewis, o desenvolvimento industrial depende da modernização agrícola, caso contrário, o aumento do setor industrial pressionará a demanda por alimentos e matérias-primas, elevando os preços e diminuindo o lucro da indústria. Sendo assim, dado a importância dos lucros para acumulação de capital, o desenvolvimento industrial e agrícola caminha juntos. Se a produção agrícola estiver completamente confinada no setor de subsistência, então, por consequência, haverá uma inibição do desenvolvimento. Dessa forma, tanto o setor industrial quanto o agrícola são importantes no processo de desenvolvimento econômico. Conforme enfatiza Lewis (1954, p. 173), “economies in which agriculture is stagnant do not show industrial development”. Entretanto, muitos trabalhos posteriores baseados em Lewis (1954) enfocam a indústria como representante do setor capitalista e como a principal força motriz do desenvolvimento econômico, fato que Lewis (1972) contesta,

"Capitalist production cannot be identified with manufacturing, as anyone familiar with a plantation economy must know. The model is intended to work equally well whether the capitalists are agriculturists or industrialists or anything else[....] This

explanation may serve to refute the charge that the model identifies economic growth with industrialization." (Lewis, 1972, p. 76).

Por outro lado, para Nurkse (1951), as caracterizadas por possuírem baixo estoque de capital, sendo que sua acumulação é dada produção corrente que é destinada a produzir bens de produção. Nesse contexto, o autor enfatiza que apesar da enorme gama de oportunidades para investimentos produtivos em países subdesenvolvidos, o pequeno mercado interno, especialmente quando o nível de salários se encontra próximo ao de subsistência, torna-se um empecilho.

Assim como Lewis (1954), Nurkse (1953) aborda o problema do subemprego rural em países densamente povoados, enfatizando, em especial, a direcionar parte desses trabalhadores para formação de capital por meio de poupança voluntária ou involuntária (taxação). O autor enfatiza a existência de uma poupança "disfarçada" que não é utilizada, a qual se refere a possibilidade de retirar pessoas da produção agrícola sem diminuir a produção, ou seja, aumentando a produtividade daqueles que permaneceram. Se os que ficaram consomem o mesmo de antes, com a maior produtividade, há aumento da poupança. O papel do Estado se torna relevante nesse contexto especialmente porque economias subdesenvolvidas usualmente sofrem de problemas de organização. Nurkse (1953, p. 53) também enfatiza a importância do aumento da produtividade agrícola para a formação de capital e ao desenvolvimento da indústria.

Entretanto, a mobilização de potencial de poupança será incompleta se não for possível impedir aqueles que ficaram na economia agrícola de subsistência de aumentar seus respectivos consumos. De qualquer forma, a existência de custos de transporte e, talvez, a necessidade de pagar salários acima do nível de subsistência para estimular os trabalhadores destinados a formação de capital pode dificultar a transição. Por outro lado, a força de trabalho necessária poderia ser mobilizada com o uso de recursos oriundos de fora do sistema, que podia se combinar com a poupança potencial liberada. Nurkse (1953) enfatiza que possivelmente seja necessário o uso do Estado para viabilizar a liberação do potencial de poupança para fins de acumulação de capital, pois

mesmo em casos de geração de poupança doméstica, é possível que seja direcionada para consumo de luxo.

De acordo com Nurske (1953), existem duas facetas no problema de financiamento de formação de capital em países subdesenvolvidos: i) disponibilizar recursos para subsistência dos trabalhadores mobilizados; ii) disponibilização de algum capital para o trabalho. O autor, entretanto, ressalta que não se deve usar o mesmo capital dos países desenvolvidos devido sua intensidade tecnológica de economia de trabalho. Investimentos em infraestrutura local é mais importante do que em máquinas e equipamentos modernos advindos da importação.

Nurske (1953) defende que não é possível introduzir novas técnicas agrícolas sem que parte do excesso de população rural seja retirado. Para Nurske (1953), a maior parte da América Latina, em especial a América do Sul, não se enquadra em sua descrição, pois em países esparsamente povoados, como os da região, há pouco desemprego disfarçado. Para o autor, nesses locais, é necessário um radical melhoramento nas técnicas e métodos agrícolas que eleve a produtividade agrícola, o que possibilitaria a formação de capital a partir de fontes domésticas ao deslocar trabalho da agricultura sem reduzir a produção. Sendo assim, Nurske (1953, p. 53) enfatiza que o aumento da produtividade agrícola é uma condição necessária para a formação de capital e ao desenvolvimento indústria: *“in sparsely settled countries, by contrast, an improvement in agriculture is the prerequisite for capital formation and industrial development.”* Por esse motivo, para Nurske (1953, p. 52), *“an increase in agricultural productivity must here have priority over everything else.”* Entretanto, se oportunidades de formação de capital não forem criadas, então os trabalhadores liberados seriam desperdiçados.

There is hardly any need to stress the obvious point that it is not enough to get labour released from agriculture, that is, ‘saved’. The labour must at once be employed for productive capital formation, that is, ‘invested’. Otherwise, the manpower released will be wasted and the advantages derived from the increase in productivity lost. As

and when labour is set free from primary production, employment opportunities must be created in investment projects. (Nurske, 1953, p. 53).

Seja em países densamente povoados, com deslocamento do desemprego disfarçado, ou seja, em países escassamente povoados com aumento da produtividade agrícola, ambos possibilitam aumento da poupança potencial e da formação de capital via crescimento do produto por trabalhador. Entretanto, para Nurkse (1953), um baixo nível de renda implica uma capacidade limitada de poupança, o que induz uma baixa formação de capital e, conseqüentemente, produtividade. Essa, por sua vez, explica o baixo nível de renda, reforçando a existência de um círculo vicioso da pobreza.

No que se refere a base monetária, Nurkse (1953), defende que a sua expansão não funciona para estimular o desenvolvimento, pois apenas acelera a inflação devido a inelasticidade da produção em países subdesenvolvidos. Em países subdesenvolvidos, a expansão monetária desencadeia uma pressão inflacionária, pois as necessidades da população são maiores do que a capacidade de produção e oferta (Nurkse, 1951; 1953). Portanto, ao contrário de Lewis (1954), que acreditava que a inflação podia ser benéfica ao desenvolvimento por beneficiar a acumulação de capital, Nurkse (1951; 1953) não sustenta que um processo inflacionário possua impacto real.

Para Nurkse (1953), a inflação poder gerar alguma poupança forçada ao deslocar a distribuição de renda em favor dos ricos (com propensão marginal a poupar maior). Porém, é uma fonte de poupança que pode impor custos sociais elevados e, no longo prazo, pode induzir a uma redução da poupança na forma monetária, assim como em investimentos de pior qualidade ao distorcer os incentivos da economia. Por isso, o autor enfatiza que nesse contexto é praticamente impossível aumentar no longo prazo o nível de poupança destinada a formação de capital. Nesse sentido, o problema real é como aumentar a poupança, e não necessariamente proteger a indústria nascente e/ou restringir as importações de bens de consumo. Por isso, o autor defende que a utilização de uma política fiscal, que aumenta a poupança compulsória, pode ser mais eficaz para estimular as indústrias nascentes e para a formação de capital.

Em certo sentido, Furtado (1952) concorda com Nurkse sobre a importância da poupança e da baixa propensão a poupar dos países subdesenvolvidos, fato que, segundo o autor, reforça a importância da poupança compulsória induzida pelo estado. Furtado (1966/1975) também suporta a ideia de um dualismo setorial que, por um lado, tem uma massa de trabalhadores com salários ao nível de subsistência, especialmente no meio rural, e, por outro, uma minoria com padrão de renda e consumo semelhantes aos países desenvolvidos. Nesse sentido, um planejador central seria necessário para realizar mudanças estruturais na economia no sentido de possibilitar a absorção do excedente de mão de obra existente no setor de subsistência.

Num argumento semelhante ao de Furtado (1966), Pinto (1976) enfatiza que o aumento da renda dos estratos mais ricos da sociedade induz o avanço de setores industriais que atendem essa demanda, os quais usualmente são intensos em capital e empregam pouca mão de obra, fato que induz um crescimento concentrador de renda. Nesse contexto, o progresso técnico, devido à indústria moderna, associado especialmente a atender os altos padrões de consumo das classes mais altas, induz a exclusão dos mais pobres dos benefícios gerados no processo de crescimento. Pinto (1976) argumenta que, na América Latina, os estilos de desenvolvimento têm incorporado gradualmente os estratos sociais mais baixos. Entretanto, tal fenômeno ocorre de forma lenta e desigual, excluindo, portanto, parte significativa da população, que segue na miséria.

Conforme ressalta Prebisch (1959), com o progresso técnico, a demanda por força de trabalho tende a diminuir, o que agrava o excedente de mão de obra nos países periféricos diante do rápido crescimento populacional desses locais. Além disso, nessas regiões, grande parte da força de trabalho está alocada em setores pré-capitalistas, caracterizadas por empregos precários e/ou desemprego disfarçado, especialmente no meio rural. Por esses motivos, o dinamismo da economia é importante, com expansão dos setores e empregos, para absorver esse excedente de mão de obra.

Cardoso e Falleto (1971) também sustentam que a América Latina é caracterizada por ser uma sociedade com dualidade estrutural, ou seja, que apresenta um setor tradicional, especialmente

agrícola, ao lado de um setor moderno, usualmente industrial. Ademais, para os autores, o desenvolvimento é mais do que apenas a não existência de um setor tradicional, mas também a presença de uma menor dependência externa e um crescimento baseado na acumulação de capital local e um dinamismo industrial. De modo geral, com a industrialização, há o surgimento de novos grupos sociais no âmbito econômico que auxiliam nesse processo. De qualquer modo, Cardoso e Falleto (1971) também enfatizam que setores tradicionais usualmente dificultam ascensões políticas desses grupos, barganhando no sentido de manter seus poderes, muitas vezes, contrários ao desenvolvimento, fato que torna premente a inclusão de análises políticas e institucionais para se compreender o processo de desenvolvimento.

Por outro lado, Hirschman (1958) não corrobora o caráter dualista autossuficiente de um setor moderno e outro atrasado sem geração de excedente, pois penetração e desejabilidade de bens industriais na economia tradicional seria fato recorrente. No mesmo sentido, Frank (1969) critica a ideia de sociedades e economias dualistas que descrevem o subdesenvolvimento como uma parcela da economia sendo modernizada e conectada com o mundo capitalista, enquanto outra, tradicional, sendo de subsistência e isolada. Para o autor, o desenvolvimento capitalista penetrou até mesmo as mais isoladas áreas e setores dos países subdesenvolvidos. Oliveira (1972/2003) também não concorda plenamente com a visão dualista que dividia a sociedade em moderna e tradicional/subsistência.

Além da abordagem dualista, a noção de estágios de desenvolvimento também se mostrou de suma relevância entre os pioneiros do desenvolvimento econômico. Dentre eles, destaca-se Rostow (1959) que enfatizava a necessidade de se adotar uma teoria da produção dinâmica que incorporasse, além da poupança, investimento e consumo, também detalhes da composição setorial dos investimentos e seus respectivos desenvolvimentos. Entretanto, as trajetórias setoriais ótimas podem não ocorrer devido à presença de distorções causadas por políticas governamentais ou imperfeições no processo de investimento privado. Nesse sentido, Rostow (1959) buscou estabelecer os estágios

de crescimento econômico pelos quais os países usualmente perpassam: (i) – sociedade tradicional; (ii) – criação das pré-condições para o “*take-off*”; (iii) - o “*take-off*”; (iv) – o caminho para a maturidade; (v) – consumo em massa.

Nesse contexto, Rostow (1959) reforça que o ritmo de crescimento pode variar significativamente entre os diversos setores, principalmente devido a existência de setores líderes que apresentam rápida expansão. Por isso, para o autor, é útil caracterizar a economia em termos de seus setores principais, fato que, última instância, evidencia o estágio de desenvolvimento do país. Diante disso, é importante considerar as elasticidades da demanda com relação ao preço e a renda, pois é um fator importante para determinar os setores líderes, além das condições tecnológicas e empreendedoras.

The stages of growth also require, however, that elasticities of demand be taken into account. Leading sectors are determined not merely by the changing flow of technology and the changing willingness of entrepreneurs to accept available innovations: they are also partially determined by those types of demand which have exhibited high elasticity with respect to price, income, or both (Rostow, 1959, p. 2).

As sociedades tradicionais possuem um limite em suas funções de produção, especialmente determinado por limites tecnológicos, onde maior parte dos fatores de produção são destinados à produção de alimentos e atividades de baixa produtividade ou não produtivas. Por isso, as pré-condições para o “*take-off*” do desenvolvimento depende muito das características sociais, históricas e culturais dos países. Tecnicamente, Rostow (1959) enfatiza três pré-condições essenciais, em setores não-industriais, para o “*take-off*”: (i) – a criação de uma infraestrutura institucional e física de base; (ii) – uma revolução agrícola, permitindo ampliação da produtividade; (iii) – ampliação das importações.

Por fim, combinações de renda *per capita* e elasticidade preço e renda da demanda determinarão o padrão de consumo dessas sociedades resultando em “*the pursuit of food, shelter, clothing, as well as durable consumers goods and public and private services, may no longer dominate their lives*” (Rostow, 1959, p. 14). Por isso, os indivíduos, em conjunto, podem buscar atingir outras satisfações além das econômicas, como no âmbito cultural, pessoal, segurança, poder nacional, familiar e etc. Por isso, os estágios de desenvolvimento são reflexos dessas mudanças, que também se modificam com os avanços no desenvolvimento.

Na mesma linha, Streeten (1959) afirma que avanços desiguais a favor de setores mais dinâmicos, que permitem maiores ganhos de produtividade, são preferíveis aos avanços modestos e simultâneos em todos os setores.

CAPÍTULO 2

INSTITUIÇÕES, CLASSE EMPREENDEDORA E CAPITAL HUMANO

Dentre os pioneiros do desenvolvimento econômico, também se destacam algumas noções que remetem a importância das instituições, da classe empreendedora e do capital humano. Rosenstein-Rodan (1943), por exemplo, ressalta que o primeiro desafio da industrialização é prover treinamento e habilidades aos trabalhadores. *“The first task of industrialization is to provide for training and “skilling” of labour”* (Rosenstein-Rodan, 1943, p. 204). De acordo com Fernandes e Moreira (2015), essa concepção remete a importância dos ganhos de aprendizagem, que ao permitir retornos crescentes, é mecanismo essencial para o desenvolvimento. Por outro lado, apesar de Schultz (1956) reconhecer a importância da poupança, formação de capital, desemprego disfarçado e industrialização para compreender o desenvolvimento, esses fatores podiam explicar apenas uma parte do processo. Para o autor, o principal insumo responsável pelo desenvolvimento é ditado pela qualidade da população, i. e., pelo capital humano. *“growth in output cannot be explained satisfactorily by an analysis which is based on conventional inputs”* (Schultz, 1956, p. 749).

Para Schultz (1956; 1960), investimentos em educação são uma forma de acumular capital humano, tendo o potencial de gerar serviços produtivos de valor, aumentos na produtividade e na renda nacional. Entretanto, tais investimentos são custosos, pois além dos benefícios, também há custos elevados, especialmente quando considerado os custos de oportunidade de tempo e esforço incorridos pelos estudantes. Schultz (1956) ressalta que investimentos na qualidade da população têm crescido mais rápido do que aqueles direcionados ao capital físico. Apesar disso, essa forma alternativa de acumulação de capital tem sido negligenciada pelos países subdesenvolvidos, em geral, e, em particular, na América Latina, fato que pode explicar, em grande medida, o atraso relativo desses locais. Existe fortes evidências, segundo Schultz (1956; 1960) de que o homem

conseguiu aumentar a produtividade via investimentos que permitiram o avanço e a aquisição do capital humano, do conhecimento científico e tecnológico, especialmente aquele voltado para a agricultura associado a existência de mecanismos de incentivos e oportunidades para o aumento da produtividade. É nesse sentido que Schultz (1980) defende não há escassez de habilidades empreendedoras nos países subdesenvolvidos, mas sim uma subutilização induzida por intervenções governamentais devido as distorções que introduz nos mercados.

A importância de habilidades empreendedoras e de gestão para o desenvolvimento econômico, também é ressaltada por Hirschman (1958), assim como de insumos “não tradicionais” como o investimento em educação para fins produtivos em linha com Schultz (1956).

De forma análoga Streeten (1959) afirma que educação técnica e habilidades empreendedoras são complementares, assim como a saúde dos indivíduos e a respectiva oferta de trabalho. Nesse sentido, o Hirschman (1958) contesta a ideia de que a formação de capital seja o principal problema do desenvolvimento econômico, pois há diversos fatores subutilizados que poderiam ser empregados nesse processo. É nesse contexto que o autor reforça a importância das instituições ao permitir mobilizar esses fatores subutilizados com finalidade de desenvolvimento. Nesse sentido, é reforçado a importância das instituições para permitir mobilizar esses fatores subutilizados com finalidade de desenvolvimento.

The need for minimum standards in public order, law enforcement, and public administration [...] beliefs, attitudes, value systems, climates of opinion, and propensities which they have found to exert a favorable influence on the generation of enterprise and of developmental initiative (Hirschman, 1958, p. 2)

Não há, portanto, falta de habilidades empreendedoras nos países subdesenvolvidos, mas sim de uma visão de mais longo prazo associado a um nível de conhecimento e experiência para atuar em

setores mais dinâmicos, como a indústria. Diante desse contexto, os esforços usualmente se destinam para as áreas comerciais e imobiliárias. Sendo assim,

Economic backwardness cannot be explained in terms of any outright absence or scarcity of this or that human type or factor of production, attention turned to the attitudes and value systems that may favor or inhibit the emergence of the required activities and personalities (Hirschman, 1958, p. 4).

O próprio Lewis (1954) enfatiza a importância do surgimento de uma classe capitalista que pense em termos de investir capital de forma produtiva, pois, num contexto de oferta ilimitada de trabalho, é possível o aumento do excedente do setor capitalista de forma continuada, amplificando o setor moderno da economia.

De modo geral, Hirschman (1958) enfatiza a existência de duas concepções distintas de mudança que permeiam os grupos e indivíduos em países subdesenvolvidos que podem atuar como obstáculos ao desenvolvimento: (i) - *The group-focused image of change*: tipo de sociedade comunal, cooperativa e coesa, na qual mudanças e melhoras individuais são vistas de forma negativa, pois acreditam que só poderiam ocorrer em detrimento da coesão e do bem-estar social; (ii) *The ego-focused image of change*: indivíduos consideram apenas seus interesses próprios, não se considerando como parte integrante da sociedade. O sucesso é visto como resultado de sorte e possível apenas em detrimento do outro, não como resultado de esforço e criatividade.

Success is conceived not as a result of the systematic application of effort and creative energy, combined perhaps with a 'little bit of luck,' but as due either to sheer luck or to the outwitting of others through careful scheming (Hirschman, 1958, p. 16).

Tal imagem incentiva comportamentos e objetivos de curto prazo, além de resultar na falta de cooperação, lealdade, delegação, confiança e outras habilidades importantes para o estabelecimento e administração de atividades produtivas dinâmicas

Ambos os fatores atuam no sentido de dificultar o desenvolvimento. A imagem *ego-focused*, por exemplo, incentiva comportamentos e objetivos de curto prazo, além de resultar na falta de cooperação, lealdade, delegação, confiança e outras habilidades importantes para o estabelecimento e administração de atividades produtivas dinâmicas². Considerando esse contexto, apesar de Hirschman (1958) reconhecer a importância do empreendedor inovador do tipo Schumpeteriano, também ressalta a relevância de outras características necessárias, como a capacidade empreendedora de coordenação, negociação e relações interpessoais, pois ausências nesse sentido têm inibido e dificultado o desenvolvimento nesses países “*ego-focused*”.

The "human relations" component of entrepreneurship, the art of agreement-reaching and of cooperation-enlisting, will remain a critical bottleneck of constructive action for economic development until experience modifies the exclusively ego-focused image of change into one which takes cognizance of the possibility of mutual benefits and all-round growth (Hirschman, 1958, p. 16).

Esse fato é agravado pelo aumento da atuação estatal e dos agentes públicos em países subdesenvolvidos, o que força os empreendedores a necessitarem ainda mais das habilidades citadas e, muitas vezes, apenas para retirar obstáculos. Para o desenvolvimento ocorrer, é necessária uma combinação de ambas as concepções numa ideia “*group-and-ego image of change*”, ou seja, de que é compatível crescer individualmente e socialmente ao mesmo tempo. Apesar dessa importância, o autor reconhece a alta probabilidade de que essa concepção se consolide apenas após a

² Existe uma percepção de que um indivíduo só consegue melhorar economicamente se outros piorarem, fato que gera desconfiança nas negociações e dificuldade de cooperação, especialmente de longo prazo. Dito em outras palavras, os relacionamentos entre os indivíduos visando atingir objetivos econômicos são vistos como um jogo de soma zero. Diante disso, há uma dificuldade de se estabelecer planos e estratégias de desenvolvimento de longo prazo.

experimentação de tal possibilidade, além de ocorrer de forma desigual dado que em estágios iniciais de desenvolvimento apenas uma parcela da população irá se beneficiar desse processo.

Além disso, os países subdesenvolvidos não são capazes de aproveitar suas potencialidades devido a existência dessas concepções equivocadas de mudanças, fato que dificulta a tomada de decisões e a cooperação necessária para o desenvolvimento. Por isso,

the shortages in specific factors or "prerequisites" of production are interpreted as a manifestation of the basic deficiency in organization. Capital or technical education are scarce or the banking system is inadequate because the country has found it difficult to take the -steps necessary to create, direct, or procure capital, to spread education, and to introduce the proper financial institutions [...] then the fundamental problem of development consists in generating and energizing human action in a certain direction (Hirschman, 1958, p. 25).

É nesse sentido que Hirschman (1958) enfatiza a importância do investimento induzido pelo aumento da demanda e do lucro, pois facilita a tomada de decisão e diminui as habilidades iniciais necessárias.

No mesmo sentido, Rostow (1959) ressalta que elementos não econômicos e não técnicos também são importantes, como a existência de uma “cultura” propícia, de uma classe empreendedora com liberdade para atuar e de um governo eficiente e capaz e auxiliar no processo.

These technical developments required, in turn, prior or concurrent changes in the non-economic dimensions of the traditional society: a willingness of the agricultural community to accept new techniques and to respond to the possibilities of the widened commercial markets ; the existence and freedom to operate of a new group of industrial entrepreneurs; and, above all, a national government capable not only of providing a setting of peaceful order which encouraged the new modernizing

activities but also capable and willing to take a degree of direct responsibility for the build-up of social overhead capital (including its finance); for an appropriate trade policy; and often, as well, for the diffusion of new agricultural and industrial techniques (Rostow, 1959, p. 5).

Nesse sentido, o autor ressalta o aspecto político do processo de crescimento de muitos países, como o surgimento de um sentimento nacionalista diante da percepção de que poder está intimamente ligado a industrialização. De qualquer forma, é necessária uma profunda transformação política para permitir uma alocação dos recursos e talentos existentes para onde eles são mais eficientes, condições sem as quais não haverá um “*take-off*”, caracterizado como “*the achievement of rapid growth in a limited group of sectors, where modern industrial techniques are applied*” (Rostow, 1959, p. 7). Para sua ocorrência, é preciso endogeneizar a adoção e criação de técnicas modernas e o fornecimento e criação de capital, além da ampliação no número de empreendedores e técnicos necessários. Em termos não econômicos, o “*take-off*” representa uma vitória daqueles que querem modernizar a economia. A partir disso, a trajetória para maturidade, ao ocorrer por décadas, permitirá o surgimento de gerações cada vez mais inclinadas às racionalidades e atitudes essenciais ao crescimento.

Para Cardoso e Falleto (1971), o crescimento econômico de um sistema dependente está relacionado a capacidade de grupos hegemônicos conseguirem estabelecer uma aliança e aparato institucional que possibilita a expansão econômica. Vale destacar, entretanto, que possíveis conflitos e fatores impulsionadores podem vir tanto de forças internas como externas, dado a característica dependente de tais economias. O desenvolvimento, em suma, é resultado de forças sociais e econômicas, valores e ideologias, que atuam em sentidos opostos. Por um lado, buscam manter o status quo e, por outro, pressionam por mudanças. No fim, há um grau de indefinição sobre se tais transformações serão benéficas ou não ao desenvolvimento do país. O próprio processo de desenvolvimento altera os controles sociais de dominação, reforçando a necessidade de análise do

comportamento político das classes sociais, para manter o controle ou para se opor a ele, o que, portanto, induz também a análise dos valores e ideológicas que endossam tais comportamentos. Nesse contexto, surge a noção de dependência, a qual está relacionada à interação entre componentes econômicos, sociais, políticos e institucionais com a estrutura produtiva mundial.

De forma análoga, Furtado (1952) enfatiza a importância de questões culturais e o contexto histórico para explicar o surgimento de uma classe empreendedora capaz de gerar lucro, poupança e, conseqüentemente, desenvolvimento. Como exemplo, o autor cita a intensidade de crescimento é dada pela relação inversões-renda nacional, isto é, o percentual da renda nacional que é destinada a investimentos, chamada pelo autor de coeficiente de inversão, que fortemente é afetado por questões institucionais que influenciam a propensão marginal a poupar. Além disso, as condições institucionais também tem o papel de tornar possível a formação de uma classe empresária, com propensão a buscar e desenvolver atividades lucrativas.

CAPÍTULO 3

CRESCIMENTO EQUILIBRADO *VERSUS* DESEQUILIBRADO

A teoria do crescimento equilibrado foi elaborada e definida de forma detalhada e direta apenas com os trabalhos de Rosenstein-Rodan (1943) e Nurkse (1953). Streeten (1959, p. 176) define crescimento equilibrado como “*simultaneous investment in several industries in conformity with the pattern of consumers’ demand and of different industries’ demand for each others’ products*”. Rosenstein-Rodan (1943), de forma geral, defendeu a ideia de que, em países subdesenvolvidos, um empreendedor individual não consegue investir satisfatoriamente devido ao tamanho reduzido do mercado. Sua proposição básica era que um grande investimento seria necessário para utilizar o subemprego e/ou desemprego disfarçado e assim fazer a renda do país aumentar. No mesmo sentido, em Nurkse (1953), o crescimento equilibrado também surge como uma necessidade devido a limitação do mercado e assume indiretamente uma oferta elástica de capital, além de que os investimentos ocorram de acordo com as elasticidades da demanda para os diversos setores da economia.

A superação do ciclo vicioso da pobreza, segundo Nurkse (1953), é possível por meio da existência de complementariedade em diversas indústrias. A realização de investimentos simultâneos e coordenados, devido à geração de economias externa, pode, portanto, retirar a economia do equilíbrio estacionário de subdesenvolvimento, ao induzir uma dinâmica de crescimento equilibrado. A ação simultânea, devido à presença de externalidade, pode, portanto, retirar a economia do equilíbrio estacionário de subdesenvolvimento.

Porém, uma coordenação involuntária de agentes privados provavelmente não ocorrerá, justificando a necessidade de atuação estatal com vistas a permitir a ocorrência de um crescimento equilibrado entre os diversos setores econômicos. Nurkse (1953) argumenta que a produtividade

marginal do capital em países subdesenvolvidos tende a ser alta devido à sua escassez, entretanto, o tamanho limitado do mercado inibe a execução de projetos de investimentos isolados. Segundo o autor, mesmo em países com grande população, o mercado continua sendo um fator limitante em vista da baixa produtividade, que impossibilita consumo de bens e serviços que ultrapassem excessivamente o nível de subsistência. Por isso as economias externas, especialmente aquelas que possibilitam a ampliação do mercado, são importantes ao tornarem o benefício social do investimento maior do que o retorno privado. Nesse sentido, conforme ressalta Furtado (1952), a produtividade média também é afetada pela produtividade média do capital. Se num determinado país essa variável é baixa, então se espera um esforço superior em termos de acumulação de capital para se atingir um determinado nível de renda *per capita*.

Para Rosenstein-Rodan (1943) a presença de complementariedade entre as diferentes indústrias e de economias externas justifica o planejamento em larga escala, argumento semelhante ao de Nurkse (1953). Existe uma diferença entre o produto marginal líquido social do privado, pois as empresas só consideram os seus respectivos lucros, não internalizando as economias externas geradas com seus investimentos. Países subdesenvolvidos que dependem exclusivamente do setor privado para seu desenvolvimento, usualmente apresentam um menor dinamismo econômico. Rosenstein-Rodan (1943) argumenta que investimentos em larga escala, em várias indústrias, torna possível a internalização das economias externas, cenário que poderia ser induzido pelo poder estatal. Além disso, o autor enfatiza que existe alguns ramos industriais, especialmente aqueles de utilidade pública e de indústrias básicas, que possuem maior nível de economias externas e, portanto, deveriam ser priorizados.

Os incentivos privados, de acordo com Rosenstein-Rodan (1943), só serão suficientes para conduzir ao desenvolvimento a partir de um ponto relativamente elevado de industrialização. Por isso, segundo o autor seria necessário um nível mínimo de recursos dedicados ao desenvolvimento para ocorrência de um “*big push*”, sem o qual dificilmente ocorrerá espontaneamente, dado a

presença de economias externas que tornam o retorno privado menor do que o social, em especial devido a existências indivisibilidades dos insumos e da produção. No âmbito da produção, por exemplo, é indivisível em relação ao tempo, durabilidade, período de gestação e no mix industrial necessário. O autor também enfatiza o risco dos investimentos em países subdesenvolvidos diante de uma demanda insuficiente que, aliás, é reforçada pela presença de indivisibilidade, fatos que reduzem o incentivo a investir. Além disso, conforme ressaltam Fernandes e Moreira (2015), as economias externas, que tornam necessário a ocorrência de um “*big push*” ocorrem não somente no fator capital, mas também no trabalho ao apresentar retornos crescentes advindos de ganhos de aprendizagem.

Nesse contexto, pode-se afirmar que Rosenstein-Rodan (1943) e Nurkse (1953) utilizaram o argumento de complementariedades para justificar o crescimento equilibrado. Entretanto, essa existência pode, segundo Streeten (1959), também suportar um crescimento desequilibrado, fato que foi ignorado por esses autores. Dentre as razões, destacam-se: (i) – complementariedade não é absoluta, se fosse, poderia tratá-la como uma única coisa; (ii) – existe complementariedade também para fatores de produção, importação e exportação, presente e futuro, consumo e investimento, e entre capacidade produtiva e consumo; (iii) – complementariedade pode ser estática e/ou dinâmica. Diante desses fatores, Streeten (1959) afirma que o progresso é o resultado de geração de novas preferências e tecnologias que em grande medida são imprevisíveis, e não a satisfação, replicação e/ou criação artificial das já existentes, como seria num modelo de planejamento central.

Scitovsky (1954) também é um autor que ressalta a importância das economias externas, definindo-as como o serviço gerado “gratuitamente”, importante para explicar a diferença entre o lucro privado e o benefício social de algumas atividades, constituindo-se um importante falha de mercado. Investimentos, ao darem origem a externalidades pecuniárias, tornam os lucros privados inferiores aos benefícios sociais gerados. Formalmente, o autor define economias externas como

External economies exist whenever the output (x_1) of a firm depends not only on the factors of production (l_1, c_1, \dots) utilized by this firm but also on the output (x_2) and factor utilization (l_2, c_2, \dots) of another firm or group of firms. (Scitovsky, 1954, p. 145).

Por isso, o autor enfatiza a necessidade de uma expansão integrada e planejada do processo de industrialização de forma análoga a Nurkse (1953) e Rosenstein-Rodan (1963). As forças de mercado, canalizadas por meio do sistema de preços, não são capazes de transmitir os sinais corretos aos agentes, numa perspectiva de maximização do bem-estar social. A oferta e a demanda incorporam basicamente elementos de curto prazo, fato que evidencia a necessidade de um sistema de sinalização de longo prazo capaz de coordenar as decisões de investimento.

Dessa forma, a definição para a teoria da industrialização de países subdesenvolvidos, de acordo com Scitovsky (1954), enfatiza que o lucro de um determinado produtor depende não só de suas ações, mas também de outros agentes econômicos. Essa interdependência atua tanto por meio de forças de mercado como por outros meios. Por esses motivos, de acordo com o autor, a abordagem de equilíbrio geral não é capaz de dar conta de todos os benefícios dos investimentos por dois motivos básicos: i) a invisibilidade da produção, que torna, em muitos casos, o preço diferente do custo marginal; ii) devido ao caráter estático, não dinâmico do processo de industrialização.

Furtado (1952), por sua vez, enfatiza a importância da produtividade social para o desenvolvimento, pois a produtividade marginal não incorpora as economias externas, tornando o sistema de preços não eficiente. Por isso, uma coordenação central para a realização de investimentos é necessária, pois o “ritmo de desenvolvimento pode ser intensificado se se corrige a insuficiência do mercado como mecanismo diretor do processo econômico e se se imprime às inversões uma orientação geral coordenadora” (Furtado, 1952, p. 29).

Por outro lado, Hirschman (1958), ao contrário de Nurkse (1953) e Rosenstein-Rodan (1963), não suporta a necessidade de um crescimento equilibrado e a existência de um “*big push*” para o

desenvolvimento, pois os recursos que seriam necessários dificilmente seriam mobilizados, dada condição de subdesenvolvimento do país.

The balanced growth theory application requires huge amounts of precisely those abilities which we have identified as likely to be in very limited supply in underdeveloped countries [...] if a country were ready to apply the doctrine of balanced growth, then it would not be underdeveloped in the first place. The balanced growth doctrine is usually invoked to provide a justification for centralized governmental direction and coordination of the development process. But this justification is hardly convincing. A task that private enterprise or market forces are unable to handle does not ipso facto become ideally suited to performance by public authorities. We must recognize that there are tasks that simply exceed the capabilities of a society, no matter to whom they are being entrusted (Hirschman, 1958, p. 53-54).

Também não corrobora o caráter dualista autossuficiente de um setor moderno e outro atrasado, que desconsidera a penetração e desejabilidade de bens industriais na economia tradicional, que incentivam a geração de excedentes nesse setor. Os defensores da teoria do crescimento equilibrado enfatizam a necessidade de atuação estatal para o desenvolvimento econômico, especialmente ao assegurar a simultaneidade dos investimentos necessários para o sucesso dos empreendimentos privados. De modo geral, a intervenção do Estado se justifica diante da impossibilidade de os agentes privados internalizarem parte considerável das economias externas geradas com suas atitudes, fato que leva a uma quantidade não ótima de investimentos e empreendimento do ponto de vista social.

Além disso, segundo Streeten (1959), um mercado maior também está condicionado a presença de indutores de investimento. Sendo assim, investimentos induzidos realizados na presença de desequilíbrios irão gerar novos gargalos que posteriormente estimularão a ocorrência de novos investimentos. Dessa forma, a busca por um crescimento equilibrado, além de exigir vultuosos

recursos, também inibirá a indução espontânea de novos investimentos, reduzindo, portanto, o crescimento no longo prazo. *It is obvious that development means disturbing an equilibrium, upsetting a balance: the equilibrium of a stable society, the balance of forces that perpetuate the status quo* (Streeten, 1959, p. 170).

Em suma, a existência de um descompasso entre as forças econômicas e sociais pode, na verdade, servir como estímulo ao progresso, diferentemente do defendido por Rosenstein-Rodan (1943) e Nurkse (1953). Portanto, uma ênfase excessiva no equilíbrio pode causar estagnação ao contrário de progresso, pois segundo Streeten (1959), a existência de gargalos pode servir como um importante indutor de crescimento para as atividades que ficaram “defasadas”. Um crescimento desequilibrado usualmente leva a uma impossibilidade de os agentes equalizarem suas taxas marginais de substituição devido a presença de consideráveis indivisibilidades no consumo e na produção, fato que cria motivações e descontentamentos que, na verdade, podem auxiliar no crescimento. Além disso, mesmo quando há a possibilidade de adquirir o bem ou serviço de forma fracionada, isso normalmente implica em preços mais elevados (se convertidos), reduzindo, portanto, a renda real da sociedade.

Além disso, Hirschman (1958) discorda de Furtado (1952), Scitovsky (1954) e Rosenstein-Rodan (1963), no sentido de que um planejador central visando o bem-estar social seria um acelerador do crescimento ao internalizar economias externas. Em primeiro lugar, a escassez de habilidades empreendedoras básicas nos países subdesenvolvidos, tanto no setor privado quanto no público, atua como uma barreira ao crescimento equilibrado e ao “*big push*”. “*The available developmental skills of a country set some kind of a ceiling on the number of projects that can be undertaken simultaneously*” (Hirschman, 1958, p. 55).

Em segundo lugar, isso ocorre porque uma rápida expansão econômica além de estar associada com benefícios externos, também gera deseconomias externas consideráveis. Transformações profundas na estrutura econômica estão associadas, na maioria das vezes, com a

destruição de antigas habilidades, setores produtivos e modos de vida, além de problemas sociais como favelização, criminalidade, poluição, desemprego, etc. Por isso, o autor defende que a existência de um “paradoxo da internalização”, que se tornou evidente no séc. XX, seria um dos responsáveis pelo subdesenvolvimento, pois muitos países pobres adotam medidas explícitas para mitigar os custos sociais associados a um rápido processo de industrialização, reduzindo seu crescimento,

The paradoxical character of the internalization doctrine is now becoming apparent. Assumption of responsibility by the state in the economic field has most frequently been urged, not to provide more impetus to development through the adding up of all the gains, but to introduce some of the social costs into the economic calculus. [...] A major difficulty for the speedy industrialization of today's underdeveloped countries consists precisely in the fact that they are not prepared to incur those social costs that were so spectacularly associated with the process during the early nineteenth century in Western Europe. They are forcing their young entrepreneurial class (as well as their taxpayers in general) to internalize a good portion of these costs through advanced social security, minimum wage, and collective bargaining legislation, through subsidized low-cost housing and similar “welfare state” measures (Hirschman, 1958, p. 57).

Um planejamento central só será efetivo em ser um promotor de crescimento econômico se atuar apenas internalizando as economias externas e ignorando as deseconomias, o que, segundo o autor, “*fit rather well the pattern of successes and failures of the Soviet economy*” (Hirschman, 1958, p. 61).

Nesse sentido, a livre entrada de empresas e de introdução de inovações possibilitada pelo sistema capitalista, ao não internalizar muitas das deseconomias geradas e, ao mesmo tempo, permitir a incorporação de economias externas, é imbatível para impulsionar o desenvolvimento. Por

outro lado, sistemas econômicos de planejamento central, ao tentar incorporar as economias e deseconomias externas, provavelmente diminuirá o dinamismo de crescimento. Isso ocorre, de acordo com Hirschman (1958) porque atuará como uma grande “guilda”, inibindo a destruição criativa gerada por inovações. O autor reforça que alguns países com planejamento central só conseguem atingir um crescimento acelerado justamente por não internalizarem as deseconomias geradas no processo.

As we know from Schumpeter, this would in itself militate against many innovations that might render painfully acquired skills useless and valuable equipment obsolete [...] and because of uncertainty, if the decisions about innovations are centralized, many innovations whose pros do not outweigh the cons by a sufficiently wide margin may also be shelved (Hirschman, 1958, p. 57).

Internalization is likely to result in an overestimate of the prospective losses: for it is the nature of most innovations that its beneficiaries are anonymous, inarticulate, and unaware of the benefits to accrue include among others the consumers that are yet unborn), while those who stand to lose from the innovation are highly vocal vested interests. (Hirschman, 1958, p. 51).

Apesar disso, o autor reforça a importância do Estado em fornecer serviços públicos, como educação básica, e garantir o funcionamento das instituições, fatores que geram importantes economias externas para o desenvolvimento.

Hirschman (1958) advoga pela não necessidade e, inclusive, pela impossibilidade de um crescimento balanceado. Para o autor, o dinamismo econômico provém justamente da prevalência de certo nível de desequilíbrio no crescimento, que cria incentivos e pressões de expansão em outros setores, seja por agentes privados atraídos por lucros, ou por agentes públicos pressionados politicamente. Nesse sentido, os desequilíbrios e pressões serão resolvidas tanto por forças de mercado quanto por intervenções estatais. Em suma, os desequilíbrios, se mantidos dentro de certos

limites, podem gerar investimentos induzidos que, em última instância, “*leaves considerable scope to induced investment decisions and therefore economized our principal scarce resource, namely, genuine decision-making*” (Hirschman, 1968, p. 63).

Centralized decision-making in an attempt to telescope the whole process would be futile because of the virtually infinite number of complementarity repercussions, and because of the uncertainty about a good many of them (Hirschman, 1968, p. 69).

O objetivo deve ser a manutenção do desequilíbrio e não sua eliminação. Hirschman (1958) argumenta que a existência de complementariedade entre os setores induz, em países subdesenvolvidos, a expansão, ou até mesmo, a criação de segmentos industriais. Esse processo ocorre basicamente via economias externas, pois a realização de um investimento induz um processo de retroalimentação subsequente. Se os desequilíbrios se mantiverem *ad infinitum*, não há necessidade para intervenção estatal.

Por isso, assim como Hirschman (1958), Streeten (1959) também defende a hipótese de que o crescimento balanceado, realizado a partir de um planejamento central, reduziria significativamente os incentivos à novas descobertas ou aplicações de técnicas já descobertas,

We have no satisfactory explanation of the causes of technological discoveries and inventions. But it appears that scarcities and bottlenecks provided the stimulus to the inventions that revolutionized England's— and the world's—economic system, and that the inventions, in their turn, created new scarcities and bottlenecks. Necessity was the mother of invention, but invention was also the mother of necessity (Streeten, 1959, p. 181).

Outro ponto importante para Hirschman (1958) é a elaboração de um critério de investimento, considerando que a disponibilidade de recursos em países subdesenvolvidos é muito inferior às oportunidades. Por isso, a simultaneidade não é necessária, como defendida por Nurkse (1953) e Rosenstein-Rodan (1963), mas sim o estabelecimento de uma sequência ou cadeia de investimentos que induzam investimentos subsequentes, que ao mesmo tempo que induz subsequentes investimentos também evitam “gargalos”. Ao endereçar o problema, o autor considera basicamente dois tipos de investimento. Por um lado, investimento de “base”, como em infraestrutura, educação e etc., e por outro, investimentos produtivos, sendo que ambos geram incentivos e pressões para investimentos subsequentes. O primeiro impulsiona os empreendedores enquanto o último cria pressão nas autoridades públicas. Em países subdesenvolvidos, o balanceamento de ambos é impraticável e, por isso, investimentos produtivos devem ser priorizados por gerarem, segundo o autor, maiores pressões e desequilíbrios que induzirão investimentos de base subsequentes, sendo que o contrário muitas vezes pode não ocorrer.

Em países subdesenvolvidos, o balanceamento de ambos é impraticável e, por isso, investimentos produtivos devem ser priorizados por gerarem, segundo o autor, maiores pressões e desequilíbrios que induzirão investimentos de base subsequentes, sendo que o contrário muitas vezes pode não ocorrer.

If we endow an underdeveloped country with a first-class highway network, with extensive hydroelectric and perhaps irrigation facilities, can we be certain that industrial and agricultural activity will expand in the wake of these improvements? Would it not be less risky and more economical first to make sure of such activity, even though it may have to be subsidized in view of the absence of adequate transportation and power, and then let the ensuing pressures determine the appropriate outlays. (Hirschman, 1958, p. 93)

Por fim, Hirschman (1958) ressalta que o descompasso entre ambos tem um limite, a partir do qual a falta de uma infraestrutura, sistema educacional e de saúde, dentre outros, pode limitar gravemente o desenvolvimento.

Hirschman (1958) também enfatiza a importância das externalidades pecuniárias associadas com economias de escala. O aumento do tamanho do mercado, da produção e demanda de determinado ramo industrial, ao criarem “*backward and forward linkages*”, podem induzir outros setores a operarem numa economia de escala mínima (custo baixo o suficiente para gerar lucro). Nesse contexto, ramos críticos poderiam ser identificados a partir de matrizes de insumo produto e, eventualmente, estimulados a partir de políticas públicas. De acordo com Bianchi (2007), essas concepções de Hirschman vinculadas à noção de encadeamento foi posteriormente formalizada e incorporada à teoria econômica *mainstream*, sendo atualmente utilizada de forma ampla por economistas regionais e do desenvolvimento.

É nesse sentido que Hirschman (1958) enfatiza a importância do investimento induzido pelo aumento da demanda e do lucro por facilitar a tomada de decisão e diminuir as habilidades iniciais necessárias, evitando assim o aumento excessivo da presença estatal nos investimentos. O desenvolvimento econômico, ao ser iniciado, tem o potencial de, além de fornecer mão de obra advindas dos setores de subsistência, também possibilita o surgimento do capital, empreendedores e outros pré-requisitos para sua manutenção. “*There are always and everywhere potential surpluses available. What counts is the institutional means for bringing them to life*” (Hirschman, 1958, p. 5). Por isso, Hirschman (1958) reforça a necessidade de criação de pressões e mecanismos indutores que induzam a “liberação” desses recursos. Portanto, não há necessidade de uma atuação coordenada e simultânea para gerar um “*big bush*” conforme sustentam Nurkse (1953) e Rosenstein-Rodan (1963).

É nesse sentido que Streeten (1959) afirma que uma economia de mercado, de maneira geral, pode atingir taxas de crescimento maiores do que seria o esperado se adotado a teoria do crescimento equilibrado devido aos desequilíbrios inerentes a essa forma de organização econômica. Na mesma

linha, Harbeler (1959) criticou as principais ideias dos autores pioneiros, sendo elas: o viés anti-mercado, a concepção de crescimento equilibrado e a necessidade de um “*big push*”, o planejamento central.

CAPÍTULO 4

DETERMINANTES DO DESENVOLVIMENTO E DA ESTAGNAÇÃO ECONÔMICA

O desenvolvimento econômico, para Lewis (1954), ocorre inicialmente com a migração dos trabalhadores do setor de subsistência para o capitalista, que apresenta maior produtividade. O elemento central desse que garante a continuidade desse processo é o reinvestimento dos excedentes gerados no setor capitalista, fato que o expande.

The key to the process is the use which is made of the capitalist surplus. In so far as this is reinvested in creating new capital, the capitalist sector expands, taking more people into the capitalist employment out of the subsistence sector (Lewis, 1954, p. 152).

De modo geral, enquanto houver oferta ilimitada de trabalho, a expansão do setor capitalista ocorre sem maiores alterações. Porém, conforme a taxa de acumulação do capital se mantém acima do crescimento da população, haverá um momento no qual a oferta ilimitada de trabalho se esgota, arrefecendo o crescimento. Em suma, o crescimento econômico em países subdesenvolvidos ocorre com a realocação entre os setores da economia, do setor de subsistência para o moderno.

De fato, segundo Gollin (2014, p. 85), “*There is abundant empirical support for the proposition that structural transformation does, in an accounting sense, explain a large fraction of growth and income levels*”. Entretanto, Lewis (1954) afirma que a acumulação de capital pode parar antes de absorver todo excesso de trabalho devido a aumentos no salário real, que podem ocorrer por três fatores básicos: i) quando acumulação ocorre mais rápido do que o aumento da população, elevando o produto médio por trabalhador no setor de subsistência; ii) aumento relativo do setor capitalista, piorando os termos de troca com setor de subsistência; iii) setor de subsistência aumentar

sua produtividade. O autor também menciona a possibilidade desse processo advir de pressões de sindicatos de trabalhadores exigindo salários reais maiores. É nesse contexto que se pode afirmar que o desenvolvimento passou pelo “*turning point*”, ou seja, não é mais capaz de fornecer mão de obra ilimitada ao nível de subsistência.

É nesse contexto que Lewis (1954) sustenta que o desenvolvimento industrial depende da modernização agrícola, caso contrário, o aumento do setor industrial pressionará a demanda por alimentos e matérias-primas, elevando relativamente seus preços e diminuindo o lucro da indústria. Essa hipótese foi verificada empiricamente por Arrighi (1970) que identificou que o setor capitalista em Rhodesia se desenvolveu apenas no setor secundário (indústria mineradora) e no terciário. Tal fato deteriorou os termos de troca em favor do setor de subsistência, predominantemente primário, desestimulando a migração do trabalho para os setores capitalistas. Fica evidente, portanto, a importância do desenvolvimento capitalista no setor primário para a subsequente expansão da acumulação capitalista.

Além disso, Lewis (1954) defende que capital e conhecimento, insumos do setor capitalista, tendem a estar concentrados espacialmente, especialmente em grandes cidades. Por esse motivo, os salários no setor capitalista tendem a ser maiores devido a três efeitos básicos: i) maior custo de vida nas cidades devido aos efeitos da densidade demográfica que ocasionam aluguéis mais caros e maiores custos de transporte; ii) aumento da produtividade ao longo do tempo devido a um processo de aprendizagem; iii) maiores aspirações sociais dos trabalhadores urbanos.

De fato, Schultz (1956) enfatiza a importância da agricultura e de seu entendimento para a superação do subdesenvolvimento nos países pobres, pois, caso essa apresentasse um rápido crescimento em sua produtividade e produção, haveria uma considerável diminuição na pobreza, dado que a grande maioria da população vive no meio rural e dependem diretamente da agricultura. O autor enfatiza que as possibilidades técnicas para o aumento da produtividade agrícola aumentaram de forma significativa, mas que as distorções nos incentivos e a falta de informações

inibem a adoção e difusão de tais tecnologias. Schultz (1980, p. 645) afirma que tal cenário ocorre especialmente devido a intervenção estatal que cria distorções nos incentivos existentes e reduz as oportunidades dos empreendedores agrícolas, *“Interventions by governments are currently the major cause of the lack of optimum economic incentives”*.

Além disso, para Schultz (1956), os teóricos do desenvolvimento econômico, ao focarem exclusivamente nos tradicionais insumos, como formação de capital, e no desemprego disfarçado, não são capazes, portanto, de compreender adequadamente parte significativa do desenvolvimento econômico que ocorre, em grande medida, devido a adoção de insumos não tradicionais, como: conhecimento, tecnologia, inovação, qualidade dos indivíduos como agentes produtivos e da capacidade empreendedora. *“The rise in knowledge of workers and of entrepreneurs is nowhere taken into account. All changes in "quality" of this, the most important input of them all, have been completely neglected”* (Schultz, 1956, p. 757-758).

Para Nurkse (1953), o subdesenvolvimento é resultado de um círculo vicioso da pobreza, constituído de forças que agem e reagem no sentido de manter o país pobre, especialmente no que se refere à acumulação de capital. Reflete a presença de baixos níveis de produtividade (renda real) que induz a baixa capacidade de poupança, num mercado limitado para iniciativas de investimento, demanda inelástica e insuficiente. O uso intensivo de capital, advindo da acumulação, usualmente está associado a produção em larga escala. *“In this sense the small domestic Market is an obstacle to development”* (Nurkse, 1953, p. 8). O problema central do mercado pequeno reflete o fato que as poupanças geradas nesse país usualmente não encontram alternativas lucrativas para ser empregada.

Por outro lado, Furtado (1952) não concorda plenamente com os argumentos de Nurkse (1953) sobre sua hipótese de que um pequeno mercado é o responsável pelo subdesenvolvimento, pois os investimentos poderiam ser direcionados para o comércio externo. Além disso, não é necessário introduzir máquinas e equipamentos modernos, pois pequenas melhorias no capital utilizado já seria suficiente para aumentar de forma significativa a produtividade. Apesar disso, o

autor concorda sobre a importância da poupança e da existência de uma baixa propensão a poupar nos países subdesenvolvidos, o que torna necessário a realização de poupança compulsória induzida pelo estado.

Para Furtado (1952), o processo de desenvolvimento ocorre com o aumento progressivo da produtividade do trabalho, sendo os países desenvolvidos aqueles que conseguem aumentar a produção a partir de inovações tecnológicas e do avanço científico e tecnológico. Os países subdesenvolvidos são capazes de aumentar a produtividade do trabalho simplesmente adotando as técnicas e conhecimentos já existentes. Esse aumento, por sua vez, impulsiona o crescimento da renda real, alterando a composição da demanda e da estrutura produtiva.

Para Rosenstein-Rodan (1943) existe uma diferença entre o produto marginal líquido social e privado, o que justifica investimentos em larga escala para assim tornar possível a internalização das economias externas, cenário usualmente induzido pelo poder estatal. Além disso, o autor enfatiza que existe alguns ramos industriais, especialmente aqueles de utilidade pública e de indústrias básicas, que possuem maior nível de economias externas e, portanto, deveriam ser priorizados para incentivar o desenvolvimento. Os incentivos privados só seriam suficientes para conduzir ao desenvolvimento a partir de um ponto relativamente elevado de industrialização. Harbeler (1959), de certa forma, também enfatizou a importância de se corrigir as distorções e as externalidades existentes na economia para possibilitar o desenvolvimento econômico. O autor partiu de uma perspectiva da economia do bem-estar e buscou criar soluções gerais voltadas a medir os custos de oportunidade sociais das várias atividades econômicas.

Os modelos tradicionais de crescimento econômico, segundo Hirschman (1958), não são capazes de fornecer os mecanismos para o desenvolvimento de países subdesenvolvidos por existir uma dificuldade de conexão entre a poupança e as oportunidades de investimento, em especial, devido à escassez de habilidades para realizar e conduzir os investimentos produtivos. Essa capacidade, denominada de “*ability to invest*”, é determinada, em grande medida, pela experiência

prática, que depende, em última instância, pelo tamanho do setor moderno da economia. Tal cenário configura, segundo o autor, a existência de um círculo vicioso, pois a ausência de um setor moderno inibe a prática e a formação das habilidades necessárias para o desenvolvimento. De qualquer modo, a partir de um crescimento desequilibrado, o setor moderno se expande por meio de investimentos induzidos, o que permite a ampliação da prática e da formação de habilidades, incentivando investimentos e a formação de um círculo virtuoso. Esse processo ocorre até o ponto em que o nível de investimento se iguala ao da poupança, a qual, então, passa a ser a responsável pelas expansões subsequentes de forma semelhante à Nurkse (1953) e Lewis (1954).

Hirschman (1958) enfatiza as diferenças existentes entre os modelos da teoria do crescimento econômico e a realidade dos países subdesenvolvidos. Nos países desenvolvidos, as decisões de investimento e poupança são independentes entre si e a renda per capita é um importante determinante da poupança. Por outro lado, nas regiões subdesenvolvidas, a poupança e o investimento são interdependentes, “*savings depend far more on the opening up of investment opportunities and on the removal of various obstacles to investment activity than on increased income*” (Hirschman, 1958, p. 32). Além disso, a produtividade dos países subdesenvolvidos não reflete apenas da relação capital-produto, mas também a existência de gargalos e escassez de fatores.

Myrdal (1956/1972) também enfatiza a importância do círculo vicioso ou virtuoso para o desenvolvimento, chamado pelo autor de *causação circular*, que pode atuar de forma cumulativa. Num cenário de *causação circular*, temos elementos que são tanto causa como efeito sendo que a existência de um equilíbrio “estático” se dá apenas por acaso, pois qualquer alteração de forças induzirá efeitos que se reforçam e se acumulam. O autor também enfatiza a importância de se incluir na análise, fatores não-econômicos. Em suma, tal esforço se presta ao fim de obter “a maximização dos resultados de determinado esforço político, destinado a mover e alterar o sistema social” (Myrdal 1956/1972, p. 43). Devido a presença de *causação acumulativa*, os custos iniciais dos esforços e

reformas visando o desenvolvimento usualmente são menores que os benefícios finais. Por isso, o autor argumenta que um país conseguiria se desenvolver apenas com seu próprio esforço.

Segundo Furtado (1966/1975), o modelo de desenvolvimento baseado na substituição de importação, apesar de muitas vezes ser eficaz no curto prazo, pode reduzir a participação relativa do comércio externo na economia nacional. A partir de um certo estágio, cria-se uma tendência à rigidez estrutural e à estagnação, especialmente devido ao surgimento de obstáculos à formação de poupança e investimento. Nesse contexto, há uma elevação na concentração de renda, que, apesar de favorecer a taxa de poupança, se não estiver associada a oportunidades de investimento, apenas induzirá o consumo de luxo. Nesse contexto, elevados padrões de consumo das elites geram o crescimento de setores industriais mais sofisticados com alto coeficiente de capital que, por sua natureza, necessitam de um baixo número de trabalhadores, o que induz a não absorção do excedente de mão-de-obra no ritmo necessário. Além disso, conforme sustenta Coutinho (2019), a geração de excedentes para financiar o consumo das elites seriam realizadas por meio de pressões sobre os salários dos trabalhadores, reduzindo ainda mais a incorporação de uma parcela significativa da população nos ganhos do crescimento econômico. Essa combinação de fatores, segundo o autor, mantém o dualismo setorial da economia, levando ao subdesenvolvimento e, no limite, a estagnação.

Do lado da oferta, tem-se o avanço técnico dos países desenvolvidos que continuamente aumentam o coeficiente de capital, agravando a situação. Em suma, a tendência a estagnação provém, portanto, da função de produção adotada e da composição da demanda. Por isso, para Furtado (1966/1975), o *laissez faire* não conduzirá a um processo de desenvolvimento. Por isso é importante impedir que o aumento na desigualdade de renda implique em alocações não produtivas, ou seja, é preciso uma alteração na composição da demanda em favor da poupança. O autor enfatiza que, em países da América Latina, a taxa de poupança está mais ligada ao sistema tributário e fiscal do que a renda *per capita*. Entretanto, mesmo sanado esse problema, para uma elevação no investimento, é necessário ampliar a capacidade de importação, em especial, via diminuição do

consumo de bens de luxo. Por fim, as mudanças estruturais da demanda e da oferta devem ocorrer de forma coordenada, o que incita a necessidade de um planejamento central.

No que se refere a dinâmica do sistema econômico, Pinto (1976) tem uma abordagem semelhante ao de Furtado (1966), enfatizando o papel da distribuição de renda como determinante importante da formação e configuração da estrutura produtiva de determinado país. O dinamismo do sistema, nesse contexto, é dado especialmente pelos estratos mais ricos com maior poder aquisitivo.

Na mesma linha, considerando os países subdesenvolvidos, Kuznets (1955) enfatiza que esses tendem a ter um nível de desigualdade maior devido a participação reduzida de uma “classe média” na estrutura social, com uma pequena elite participando com parcela significativa da renda nacional. Tal concentração tem duas implicações para esses países. A primeira se refere ao impacto muito mais negativo da desigualdade, pois a baixa renda *per capita* média implica uma miséria mais acentuada, além de apenas uma pequena elite conseguir gerar poupança, o que pode piorar a concentração. O segundo se deve ao fato que muitos países subdesenvolvidos não apresentam taxas de crescimento satisfatórias, o que dificulta mudanças na estrutural industrial e na mobilidade social. Ambos implicam que os países subdesenvolvidos não têm possibilitado às forças inibidoras, que advém do dinamismo econômico, atuarem para minimizar a desigualdade, fato que pode levar ao processo inverso, isto é, ao aumento da concentração de renda.

Nesse contexto, Kuznets (1955) se questiona se esses países conseguirão traçar uma trajetória semelhante aos países desenvolvidos de redução das desigualdades sociais e crescimento econômico. Além disso, o possível aumento da desigualdade em países subdesenvolvidos pode induzir tensões e conflitos sociais que, em última instância, poderia leva a regimes autoritários.

Na mesma linha, Para Lewis (1954), o problema central da Economia do Desenvolvimento é entender como se dá o aumento da poupança nacional, incluindo conhecimento e habilidades, que possibilita a acumulação de capital, que por natureza ocorre de modo desigual. Por isso, o interesse

do autor se concentra principalmente para os 10% mais ricos da população dado que o restante raramente realizar poupanças consideráveis.

We are interested not in the people in general, but only say in the 10 per cent of them with the largest incomes, who in countries with surplus labour receive up to 40 per cent of the national income [...] The remaining 90 per cent of the people never manage to save a significant fraction of their income. (Lewis, 1954, p. 155).

O crescimento da poupança em países subdesenvolvidos se dá principalmente porque a renda de quem poupa mais (os 10% mais ricos da população) cresce mais do que a renda nacional. Dito de outra forma, poupança aumenta devido a uma alteração na distribuição de renda em favor dos ricos, que usualmente poupam mais.

Saving increases relatively to the national income because the income of the savers increases relatively to the national income. The central fact of economic development is that the distribution of income is altered in favor of the saving class. Practically all saving is done by people who receive profits or rents. Workers' savings are very small. (Lewis, 1954, p. 156-57).

Além disso, o autor considera que a maior fonte de poupança é o lucro. Por isso, se o lucro cresce como proporção da renda, então a poupança também o fará.

The major source of savings is profits, and if we find that savings are increasing as a proportion of the national income, we may take it for granted that this is because the share of profits in the national income is increasing. (Lewis, 1954, p. 157).

Por fim, de acordo com Lewis (1954), num contexto de oferta ilimitada de trabalho, é possível o aumento do excedente do setor capitalista dado que os salários se mantêm constante conforme o setor se expande. Dito de outra forma, os benefícios da acumulação de capital vão em grande medida para o setor capitalista, possibilitando a continuidade da acumulação.

The best thing that can happen is for the surplus money to roll into the pockets of people who will reinvest it productively [...] There is really only one class that is pretty certain to reinvest its profits productively, and that is the class of industrialists.
(Lewis, 1954, p. 159).

Apesar disso, vale destacar que a desigualdade de renda por si só não é suficiente para maiores níveis de poupança, pois o nível de aluguéis e consumo podem ser altos. Por outro lado, a desigualdade pode ser menor caso a participação dos lucros em relação aos aluguéis forem maiores na renda nacional. Países pobres poupam pouco não porque são pobres, mas devido ao fato de seu setor capitalista ser pequeno e, portanto, a participação dos lucros na renda nacional também ser. Por isso, o Lewis (1954) enfatiza a importância do surgimento de uma classe capitalista que pensam em termos de investir capital de forma produtiva em contraposição a outro tipo de elite.

CAPÍTULO 5

RELAÇÕES ENTRE PAÍSES DESENVOLVIDOS E SUBDESENVOLVIDOS: BENEFÍCIO MÚTUO, CENTRO-PERIFERIA E DEPENDÊNCIA

A hipótese de benefício mútuo entre países centrais e periféricos remete, segundo Hirschman (1981), a possibilidade de ganhos através da expansão do comércio, além da transferência financeira e da assistência técnica. Entretanto, as tecnologias e indústrias intensivas em capital do mundo moderno são menos efetivas para absorver os excedentes de mão de obra agrícola nos atuais países subdesenvolvidos, fato que tem causado persistentes crises inflacionárias e de balanço de pagamentos nesses locais. Furtado (1966/1975) apresenta uma argumentação semelhante ao enfatizar que o avanço de técnicas produtivas dos países desenvolvidos, que continuamente aumentam o coeficiente de capital, reduz a absolvição de trabalhadores, o que pode excluir parte significativa da população dos ganhos do crescimento econômico, o que, segundo Coutinho (2019), induz, em última instância, ao subdesenvolvimento e à estagnação. Por isso, Furtado (1952) enfatiza que não é necessário introduzir máquinas e equipamentos modernos, pois pequenas melhorias no capital utilizado já seria suficiente para aumentar de forma significativa a produtividade.

Sobre o capital estrangeiro, Hirschman (1958) ressalta dois aspectos importantes que atuam em cada estágio de desenvolvimento: (i) – vem acompanhado de certos conhecimentos e habilidades que são escassos em níveis iniciais de desenvolvimento; (ii) – Após certo estágio, o elemento escasso passa a ser a poupança, fato que pode ser aliviado pelo capital externo.

Furtado (1952) ressalta que um país poderia sair da “armadilha” do subdesenvolvimento se integrando ao comércio externo, permitindo ampliar o tamanho do mercado disponível para a produção do país. Porém, se os benefícios de o comércio exterior ficarem restrito a um pequeno grupo que buscam satisfazer seus desejos por bens de consumo importados, o impacto benéfico da integração externa será reduzido. Na mesma linha, para Cardoso e Faletto (1971), a estagnação

econômica pode ocorrer devido ao estilo de industrialização adotado, especialmente aquele baseado na adoção de tecnologias modernas que não permitem uma incorporação satisfatória do excedente de mão de obra disponível. Por isso, mesmo com uma modernização da estrutura econômica, setores tradicionais ainda podem permanecer com uma parcela do poder, fato que pode reduzir o ritmo de crescimento econômico, caso os interesses particulares sejam conflitantes.

Por outro lado, Prebisch (1949) contesta a ideia de que a simples participação dos países subdesenvolvidos no comércio internacional, produtores de alimentos e matéria prima, poderia levá-los ao desenvolvimento. Isso ocorre porque os preços dos bens primários usualmente caem mais do que dos industrializados, resultando numa piora nos termos de troca. De maneira geral, empresários e trabalhadores dos países desenvolvidos usualmente logram reter de forma mais efetiva os ganhos do progresso técnico, o que acaba por se refletir nos preços dos produtos. Inclusive, Amaral Filho (2018) sustenta que a tese da deterioração dos termos de troca dos países periféricos se configura como um dos pilares fundadores da “escola cepalina”. Lewis (1954) argumenta, de maneira análoga, que ganhos de produtividade nos setores exportadores, num contexto de oferta ilimitada de mão-de-obra, que restringe o aumento da renda para além do nível subsistência, vai majoritariamente para os países compradores.

Além disso, para Prebisch (1949) a produção primária está mais sujeita a impactos negativos em momentos de crise, pois o ajuste nos países desenvolvidos se dá mais via redução da demanda de insumos do que por meio de redução de salários, dado a rigidez criada pela presença de sindicatos e legislações trabalhistas. A demanda por produtos primários se reduz fortemente, o que, em última instância, resulta em excesso de oferta, diminuindo os preços dos produtos primários. Por isso, as rendas na periferia se contraem, corrigindo a diferença entre oferta e demanda, ou seja, absorvem em grande medida os choques adversos. Para agravar, podem surgir problemas no balanço de pagamentos dos países periféricos quando há uma crise nos países industrializados, pois esses reduzem a demanda por exportações primárias sem que os países da periferia reduzam de imediato as

importações. Esse cenário, associado a uma tendência histórica de deterioração nos termos de troca dos países periféricos torna, desse modo, frequentes as crises nos balanços de pagamentos desses países (Couto, 2007; Amaral Filho, 2018).

Singer (1950) enfatiza a piora nos termos de troca das exportações dos países subdesenvolvidos que, por serem mais inelásticas, impactam negativamente no desenvolvimento ao dificultar a apropriação de qualquer progresso técnico. O aumento da produtividade em atividades primárias resulta em crescimento da produção, o que, devido a inelasticidade da demanda, implica em reduções no preço, beneficiando os consumidores em detrimento dos produtores. No sentido inverso, o progresso técnico em bens manufaturados permite o aumento da renda real no país produtor devido à presença de demanda elástica. Ademais, o aumento da produtividade industrial permite reduzir o uso de matéria prima por produto, impactando negativamente a demanda por insumo dos países subdesenvolvidos. No mesmo sentido, Prebisch (1959) afirma que a industrialização é de suma importância para o desenvolvimento porque seus produtos usualmente apresentam uma maior elasticidade renda da demanda e apresentam maiores crescimentos de produtividade. Além disso, ganhos de produtividade no setor primário exportador, em grande medida, são transferidos aos países centrais, dado a baixa elasticidade renda da demanda desses produtos. De qualquer modo, como ressalta Amaral Filho (2018), o autor não defenda uma industrialização a qualquer custo, pois poderia levar ao fracionamento excessivo do mercado e a redundância de setores.

No que se refere a investimentos e empréstimos estrangeiros, Prebisch (1949; 1959) não se posiciona como contrário, mas ressalta que devem ser direcionados para o aumento das exportações ou para substituir importações, pois somente assim seriam geradas as divisas necessárias para não afetar negativamente o balanço de pagamentos em períodos posteriores. Nurkse (1953), na mesma linha, classifica investimentos estrangeiros diretos (IED) voltados para o mercado exportador como algo que potencialmente pode ser benéfico, pois permitiria o aumento da produção e produtividade

enquanto o mercado interno for limitado na sua capacidade de absorver a produção. De qualquer modo, o autor faz algumas ressalvas, pois investimentos estrangeiros podem ser ineficazes em gerar desenvolvimento se o aumento da produtividade não se traduzir em aumento de poupança, ou seja, não induzir um ciclo virtuoso de acumulação de capital. Nesse sentido, os países subdesenvolvidos poderiam se beneficiar da importação de bens de capital modernos dos países desenvolvidos com um aumento nas tarifas para importação de bens de consumo, que poderia resultar numa abertura de espaço para a importação de bens de capital. Porém, isso requer um aumento da poupança doméstica, o que não pode ser totalmente assegurado numa economia de mercado.

A população do país, por exemplo, pode não concordar com a “reorientação” do governo, cenário no qual o consumo pode não diminuir, mas apenas redirecionar para o mercado interno, levando ao aumento de preços. Nesse contexto, portanto, não há aumento na formação de capital, mas apenas num aumento da inflação. Para agravar o cenário, o aumento da demanda por bens de consumo causará uma pressão interna por fatores de produção, que, por sua vez, poderiam ser retirados dos setores de formação de capital, reduzindo a poupança. Por isso, o problema real para o desenvolvimento é como aumentar a poupança, e não necessariamente proteger a indústria nascente e/ou restringir as importações de bens de consumo.

Além disso, o Nurkse (1953) também enfatiza que o aumento no diferencial de renda entre os países torna mais difícil a formação de capital em países subdesenvolvidos, ao reduzir a propensão marginal a poupar devido ao efeito demonstração, consumo conspícuo e “*social emulation*” com relação aos países ricos. Nesse sentido, o estreitamento no contato entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos pode induzir o aumento do efeito demonstração e conseqüentemente reduzindo o nível de poupança e formação de capital.

Por outro lado, novos desejos e aspirações, podem criar incentivos para trabalhar e produzir mais, apesar que nada garante que o aumento da produção resultará em poupança e formação de capital. Os efeitos ressaltados por Nurske (1953) impacta não apenas nas poupanças individuais, mas

também dificulta o uso de impostos para realizar poupança forçada, como também leva a um aumento da demanda por gastos governamentais. Duas consequências importantes que merecem ser ressaltadas são as frequentes pressões inflacionárias e desequilíbrios no balanço de pagamento sendo ambos reflexos de tentativas de se “viver acima de seus meios”.

Disequilibrium in the balance of payments does tend to result indirectly from differences in general levels of productivity, not because productivity determines a country's export costs and competitive power in the world market, not because the most productive country necessarily out-sells all others in all lines, but because a country's productivity determines its real income and consumption levels, and because differences in levels of living, when they are very large and widely known, exercise an upward pressure on the consumption propensity of the poorer countries. (Nurske, 1953, p. 72).

Por isso, o autor enfatiza a importância da redução da desigualdade entre os países. Investimentos estrangeiros, por sua vez, podem ser ineficazes em colocar os países pobres no caminho do desenvolvimento, pois se o aumento da produtividade não se traduzir em aumento de poupança, não haverá um ciclo virtuoso de acumulação de capital. Apesar de o isolamento ser uma solução possível para evitar o aumento da aspiração por bens de consumo, por si só pode levar a estagnação.

Apesar disso, a diminuição de barreiras ao comércio, especialmente com países vizinhos, de acordo com o autor, não é uma medida essencialmente ruim, entretanto, a limitação do mercado, devido a produtividade baixa, permanece. *“Certainly, to remove trade restrictions with neighbouring countries would not be an entirely useless gesture.”* (Nurske, 1953, p. 19). Nurske (1953) reforça a proteção tarifária não é suficiente para promover o desenvolvimento, pois essa pode

não ser suficiente para induzir aumentos na formação de capital. Um mercado pequeno, mesmo que protegido, pode não ter os incentivos suficientes.

A criação de indústrias nascentes é mais importante do que a sua proteção. A proteção aduaneira às indústrias nascentes falhou na promoção do desenvolvimento industrial porque fez muito pouco, ou quase nada, para a criação do capital necessário ao desenvolvimento (Nurske, 1953, 142).

Nesse contexto, o autor enfatiza que poderia haver um aumento no crédito concedido, o que pressionaria os níveis de preço e geraria poupança forçada para formação de capital. Entretanto, isso pode ser realizado sem a necessidade de proteção tarifária. Nurske (1953) defende que o argumento que a renda nacional aumentaria com a proteção aduaneira deve ser tomada com reservas por três razões: (i) – consumidores sofrem uma perda de renda real devidos preços mais altos; (ii) – a indústria, por sua vez, recebe uma espécie de subsídio; (iii) – mesmo se o resultado for líquido, esse será um reflexo do aumento de capital e não da proteção.

No que se refere a produção agrícola tropical voltada à exportação, há, segundo Lewis (1954), uma tendência natural de todo ganho de produtividade ir para os importadores. Isso ocorre porque os salários no setor de subsistência, onde a produção de alimentos é realizada, é muito baixa. Dito de outra forma, o aumento da produtividade agrícola numa região com oferta ilimitada de trabalho de um produto com demanda inelástica, faz com que praticamente todos os benefícios de o crescimento da eficiência irem para os compradores devido a piora nos termos de troca. Por esse motivo, é importante elevar a produtividade do setor de subsistência, que dita o salário real pago na economia, e/ou incentivar a expansão da produção no setor exportador até a absorver totalmente a oferta de trabalho.

Para Scitovsky (1954), ao contrário de Prebisch (1949) e Nurske (1953), os investimentos estrangeiros em indústrias exportadoras são sempre menos desejáveis do ponto de vista nacional do

que em indústrias que substituem importações. Isso ocorre porque as externalidades pecuniárias de indústrias exportadoras beneficiam, em grande medida, os não-nacionais devido a usual inelasticidade da demanda externa aos produtos exportados por países subdesenvolvidos. Numa linha semelhante, Singer (1950) argumenta que os investimentos estrangeiros podem ser prejudiciais aos países receptores, pois, apesar da produtividade do setor exportador ser maior do que a média, ela pode ser menor do que a produtividade de uma indústria doméstica que potencialmente teria surgido se esse país não tivesse se especializando no fornecimento alimentos e matéria prima.

Para Singer (1950), esse cenário é reforçado pela existência de uma estrutura usualmente dualista nos países subdesenvolvidos; com um setor exportador produtivo e intensivo em capital ao lado de uma produção voltada para o mercado interno de baixa produtividade. Apesar desse diferencial de produtividade, o setor exportador costuma empregar apenas uma pequena parcela da população, além de normalmente ser de propriedade de estrangeiros. Para agravar a situação, é comum que parte significativa do setor exportador não esteja integrada ao restante da economia interna, sendo, na verdade, uma extensão dos países desenvolvidos, que buscam ampliar a oferta de alimentos e matéria primas para sustentar seu próprio crescimento. Nesse sentido, o relativo isolamento dos exportadores inibe a ampliação dos benefícios advindos da industrialização, i.e., das economias internas e externas.

Nesse contexto, Singer (1950) advoga por uma mudança nos investimentos estrangeiros e no comércio externo, que deveriam auxiliar na mudança estrutural das vantagens comparativas dos países subdesenvolvidos para atividades que geram maiores benefícios diretos e indiretos para o desenvolvimento em oposição ao tradicional que reforça as vantagens comparativas iniciais, o que nos casos desses países subdesenvolvidos se traduz em produção primária. Por fim, vale ressaltar as críticas de Oliveira (1972/2003) sobre a noção de centro-periferia defendida por autores como Prebisch (1949; 1959), Singer (1950) e Furtado (1966/1975), pois, segundo o autor, desloca a

questão do subdesenvolvimento para a relação entre países, negligenciando a mais importante: a interação entre as classes sociais internas.

Pinto (1976), por sua vez, enfatiza a importância dos estilos de desenvolvimento, sendo caracterizado por como, o que e para quem a organização do sistema econômico, recursos humanos e materiais, produz. Para o autor, os países “industrializados” ditam normas e padrões para os países em desenvolvimento. Entretanto, em muitos casos, tal fato implicou numa crescente hostilidade e desalento nesses países periféricos. Em outras palavras, estilo é uma modalidade concreta e dinâmica adotado por um determinado sistema econômico, isto é, forma de organização estrutural do aparato produtivo.

Por outro lado, para Rosenstein-Rodan (1943), uma industrialização não voltada ao mercado externo é lenta e disfuncional, pois força poupança interna onde há pouco espaço e também reduz a especialização do trabalho ao necessitar de todos os estágios de produção. Uma industrialização aberta, por sua vez, incentivada com investimento estrangeiro e empréstimos externos, possibilitaria desenvolvimento mais rápido e preservaria as vantagens da divisão internacional do trabalho. Isso ocorre porque é necessário um nível mínimo de recursos dedicados ao desenvolvimento para ocorrência de um “*big push*”, devido à presença de economias externas, sendo, portanto, a integração internacional uma forma de reduzir o montante de recursos necessários (Fernandes e Moreira, 2015).

Streeten (1959), apesar de ser um defensor do crescimento desequilibrado, reconhece que há certos países, especializados em produção primário, onde um crescimento diversificado potencialmente é o mais adequado. Segundo Streeten (1959), países subdesenvolvidos especializados em produção primária devem ser cautelosos ao adotar irrestritamente a teoria do crescimento equilibrado. Para o autor, numa argumentação semelhante à de Prebisch (1949, 1959) e Singer (1950), esses países usualmente apresentam deterioração de seus termos de troca devido a baixa elasticidade preço e renda da demanda dos seus produtos. Nesse contexto, uma possível saída seria

recorrer à empréstimos externos para investir em setores capazes de dinamizar a economia, especialmente de instituições multilaterais, e assim gerar os benefícios do desequilíbrio.

Por outro lado, Furtado (1952) afirma que países subdesenvolvidos tendem a apresentarem altos coeficientes de elasticidade-renda para bens de consumo importados, além de dependem de forma crescente de importações de bens de capital com a ocorrência do crescimento econômico. Dessa forma, desenrola-se cenários recorrentes de dificuldade para aumentar a capacidade para importar, ocasionando problemas frequentes no balanço de pagamentos. Quando o aumento das exportações não acompanha o crescimento das importações, tem-se, portanto, um desequilíbrio no balanço de pagamentos. Esse, por sua vez, está correlacionado com dificuldades para o controle inflacionário, que ocorre devido aumento mais do que proporcional das inversões em relação a geração de poupança. Dessa forma, a inflação acaba por se tornar frequente no processo de desenvolvimento. Para corrigir os desequilíbrios, pode-se estimular as exportações ou substituir importações, fatos que exigem coordenação e atuação estatal.

Harbeler (1959), ao desenvolver uma teoria sobre a contribuição do comércio para o desenvolvimento, enfatizou sua importância, contrariando parcela significativa dos autores pioneiros. De modo geral, o autor enfatizou a importância dos mecanismos de mercado na geração de desenvolvimento, em especial quando se considerava o comércio internacional,

Development policy should be such as to work through and with the help of the powerful forces of the price mechanism instead of opposing and counteracting the market forces. This holds for measures in the area of international trade as well as in the domestic field (Harbeler, 1959, p. 6).

Nesse sentido, Harbeler (1959) criticou o pessimismo exportador existente entre os autores pioneiros, especialmente em relação a deterioração dos termos de troca, que defendia não existir. Na mesma linha, Verner (1953) rejeitava a doutrina de Prebisch-Singer sobre a deterioração dos termos

de trocas de países subdesenvolvidos, além de também ser contrário à substituição de importação. Para o autor, a industrialização seria uma consequência do progresso e não sua causa como defendiam muito dos pioneiros. Também defendeu que a agricultura é importante para o desenvolvimento econômico ao gerar estímulos e liberar recursos necessários para os demais setores.

Hirschman (1968), por sua vez, enfatiza a importância do aumento das exportações, principalmente industriais, pois traria diversos benefícios, como: (i) – aumento do mercado; (ii) – redução na vulnerabilidade externa; (iii) – incentivo ao aumento da eficiência. Porém, o autor ressalta uma grande dificuldade para indústrias estabelecidas via ISI se voltarem para a exportação, pois *“the new industries, set up behind tariff walls, usually suffer from high production costs in countries that are, moreover, permanently subject to strong inflationary pressures”* (Hirschman, 1968, p.25). A manutenção de um câmbio sobrevalorizado e da adoção de controles cambiais adotados para incentivar a industrialização na ISI, na prática, atuaram posteriormente como um inibidor à exportação dessas indústrias. Por isso, o autor afirma que o arranjo institucional ideal seria a taxação do setor exportador concomitantemente ao subsídio às indústrias e a manutenção de um câmbio não sobrevalorizado.

Porém, dado a força política do setor exportador primário, existe naturalmente uma resistência à transferência direta de renda, dificultando a adoção de tais medidas. Por isso, *“noncompetitiveness of Latin America industry may be rooted more in the failure to modify institutions than in any inability to bring down real costs”* (Hirschman, 1968, p. 28). Além disso, Hirschman (1968) reforça a presença de um círculo vicioso nesse processo. A criação de incentivos à exportação e à diminuição de seus riscos exige que diversos elementos institucionais, como o controle da política macroeconômica, sejam adequados. Porém, os industriais, ao não serem exportadores, não possuem a influência política necessária para garantir esse cenário.

Para Cardoso e Falleto (1971) uma característica histórica que define os países subdesenvolvidos são suas raízes coloniais, com predominância do setor primário exportador e uma

“inexorável” deterioração dos termos de troca. Além disso, mudanças históricas e sociais importantes costumam ser precedidas de alterações na estrutura de “dominação” ou das relações entre os grupos, tanto internos quanto externos ao país. É nesse contexto que surge a noção de dependência, a qual está relacionada à interação entre componentes econômicos, sociais e políticos com a estrutura produtiva mundial, sendo essencial para a compreensão do processo de desenvolvimento. Por isso, uma possível saída para os autores, seria a realização de um processo de abertura ao capital externo que possibilitaria o arrefecimento dos conflitos, pois geraria oportunidades produtivas ao setor industrial local, ao mesmo tempo que possibilitaria aumentar as rendas das classes populares.

CAPÍTULO 6

INTERPRETAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS PRÁTICOS DA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO MUNDO

Esse capítulo tem como finalidade trazer algumas análises realizadas posteriormente pela literatura sobre os impactos, implicações e resultados da Teoria do Desenvolvimento Econômico no mundo real. De modo geral, muitas políticas e medidas foram baseadas nas proposições teóricas dos pioneiros, resultando em resultados diversos, que serão destacados nos próximos parágrafos.

O período entre guerras, especialmente após a Grande Depressão, experimentou um aumento significativo do protecionismo e diminuição do comércio internacional. Nesse contexto, para Lal (1983/2002), a Economia do Desenvolvimento negligenciou o papel do comércio internacional no desenvolvimento e enfatizou um programa voltado “para dentro” com alto grau de protecionismo comercial visando substituição de importações. O protecionismo exacerbado se deu exatamente num cenário de rápida expansão do comércio internacional. Por outro lado, alguns países, especialmente os chamados “Tigres Asiáticos”, adotaram políticas voltadas ao comércio externo, fato que resultou num expressivo desenvolvimento econômico a esses países em oposição a relativa estagnação de suas contrapartes protecionistas.

Lal (2002) ressalta que o comércio internacional possibilita o uso mais eficiente dos recursos, ganhos de escala e maiores níveis de competição, o que inibe práticas monopolistas e oligopolistas. O autor identifica em Nurkse um dos principais expoentes da defesa do protecionismo, sendo que seu pessimismo em relação ao comércio internacional para os países em desenvolvimento se deve basicamente em acreditar que a elasticidade-renda dos produtos tropicais e primários exportados por esses países era baixa. A teoria de Prebisch e Singer sobre os termos de troca para as exportações dos países em desenvolvimento reforçou o pessimismo, reforçando a ideia de que a substituição de

importação seria a panaceia para o desenvolvimento. Por fim, Myrdal via o comércio internacional com ainda mais pessimismo, advogando que esse seria um jogo de soma zero, com os países desenvolvidos obtendo crescimento econômico às custas dos países subdesenvolvidos.

Porém, Lal (2002) enfatiza que o cenário pessimista delineado pelos pioneiros mencionados não se verificou, pois a demanda internacional por produtos dos países subdesenvolvidos, especialmente manufaturas, aumentou significativamente. Os países do Leste Asiático, por exemplo, que se integraram e diversificaram a produção, apresentaram um rápido crescimento econômico. Para Lal (2002), o expressivo crescimento dos “Tigres Asiáticos” foi resultado de uma mudança política da substituição de importações para uma promoção das exportações. Por outro lado, os países que intensificaram medidas protecionistas sofreram uma estagnação relativa. O controle excessivo exerceu um viés contra as exportações e possibilitou o surgimento de indústrias ineficientes que não se sustentariam sem proteção. Por isso, o autor afirma que *“protection is the equivalent of a subsidy to the output of import-competing industries financed by a tax on users”*.

O viés contra as exportações agravou progressivamente a falta de divisas nos países em desenvolvimento. De acordo com Lal (2002), autores ortodoxos defendiam a ideia de que diferenças entre o custo e benefício privado e social deveria ser corrigido com impostos e subsídios, mas em hipótese alguma barrando o livre comércio. O protecionismo poderia ser até mesmo pior do que não fazer nada, especialmente quando adotado por meio de quotas e não por tarifas, pois esse último ainda mantém alguma relação entre os preços e custos internos com os externos. A impossibilidade de importar e a alta demanda por bens resulta em baixos incentivos para a redução dos custos, além de causar outras distorções. Além disso, o benefício dado a importações de máquinas e equipamentos estimula o uso de métodos de produção mais intensivos em capital do que seria socialmente desejável. O aumento dos preços industriais também impacta negativamente nos termos de troca da agricultura, retardando seu crescimento.

Lal (2002) também ressalta que medidas protetivas causadoras de distorções usualmente requerem mais medidas distorcidas, visando “minimizar” os efeitos negativos iniciais, o que amplifica as ineficiências, desperdícios além da corrupção. Após a criação das distorções é politicamente difícil retornar ao livre comércio. Por isso, deve ser executado de forma planejada com tempo e reformas paliativas para minimizar o custo de ajuste. Outro ponto ressaltado é que a exportação de manufaturados cresceu significativamente acima das exportações de produtos primários entre os países em desenvolvimento, invalidando o argumento dos críticos do livre comércio externo. Isso ocorreu porque os países em desenvolvimento conseguiram concorrer satisfatoriamente com os países ricos, o que, no limite, beneficiou ambos, pois melhorou o bem-estar dos consumidores no país desenvolvido e incentivou o deslocamento de recursos para indústrias mais eficientes. Por isso, a melhor política que os países podem adotar para incentivar o crescimento dos países pobres é não impor restrições às suas exportações. Ademais, o autor também enfatiza que mesmo em situações onde há deterioração dos termos de troca devido ganhos de produtividade, se o bem é consumido localmente, então há aumento da renda real do país.

De acordo com Krueger (1997), políticas comerciais sempre foram vistas como tendo um papel chave no processo de desenvolvimento. Considerando os primórdios da Economia do Desenvolvimento, a política comercial tinha um papel de incentivar a substituição de importação, que, em última instância, era sinônimo de industrialização, que era vista como chave para o desenvolvimento. Nesse contexto, o papel do dado ao Estado na alocação de recursos, em detrimento do livre mercado, inibiu a adoção de políticas comerciais voltadas para a exportação.

Ademais, a estrutura produtiva dos países subdesenvolvidos era desproporcionalmente voltada para a produção de *commodities*. Por isso, a visão comum entre os estudiosos era que se adotadas políticas de livre-mercado baseadas na vantagem competitiva, o país iria se especializar em produção primária, permanecendo subdesenvolvido. Isso ocorreria basicamente porque a elasticidade-renda dos produtos primários é menor do que a unidade enquanto para os bens

manufaturados ocorria o inverso. A combinação desses fatores induziria frequentes crises no balanço de pagamentos desses países em vista do fato que a necessidade de importações de bens de capital acompanhava o crescimento econômico. Somando-se a presença de economia externas e de escala, as políticas de desenvolvimento recomendavam a substituição de importação e de proteção setoriais, o que resultava em controle crescente sobre o comércio externo. Contudo, Krueger (1997) afirma que as diversas medidas adotadas resultaram em apreciação excessiva do câmbio, impactando negativamente as exportações, o que agravou a escassez de divisas e induziu o aumento crescente de controles e complexidades destinadas ao comércio externo.

Entretanto, Krueger (1997) argumenta que posteriormente esses consensos foram revistos, diante da evidência de que diversos países que se voltaram para as exportações tiveram um extraordinário desenvolvimento quando comparado à relativa estagnação daqueles que insistiram no modelo de substituição de importações. Além disso, diversos trabalhos apontaram para uma crescente quantidade de recursos produtivos sendo destinados para o chamado “*rent-seeking*” e *lobby*, visando a obtenção de benefícios advindos da excessiva proteção, fato que dificultou posteriormente a realização de reformas necessárias ao desenvolvimento.

A experiência do Leste Asiático, por outro lado, é sempre ressaltada como evidência de que o crescimento deve ser pautado no aumento da capacidade de exportação. Segundo Krueger (1997), tal atitude voltada à exportação se refletiu em minimização de problemas no balanço de pagamentos quando comparado aos países que insistiram na substituição de importações. Para a autora, o principal erro dos especialistas foi ter abandonado o princípio da vantagem comparativa e de não terem refutado a ideia de que países pobres se especializariam em produtos primários.

Algumas evidências de custo-benefício foram essenciais para refutar alguns consensos iniciais da Economia do Desenvolvimento. Dentre elas, destacam-se: i) a demonstração de que os agentes de fato respondiam a preços e incentivos; ii) os termos de troca não se deterioraram como o previsto; iii) substituição de importações levava a proteção excessiva e discriminação contra

exportadores; iv) prevalência de monopólios e oligopólios, alto custo para realizar negócios, aumento do “*rent-seeking*” e da corrupção e produtos de baixa qualidade; v) comprovação de que vantagem comparativa não implica especializações em bens primários.

Para Wade (1990), a Economia do Desenvolvimento, em seu início na década de 1950 e 1960, defendia que os países subdesenvolvidos não poderiam contar apenas com as forças de mercado, internas e externas, para se desenvolver. Isso ocorria devido a existência de certas características únicas que exigiam a atuação do estado, como:

[...] low private saving, dependence on primary product exports, declining prices of exports in relation to imports, small internal markets, limited skills, few entrepreneur's adept at large-scale organization, and pervasive underemployment (Wade, 1990, p. 8).

Os pioneiros da Economia do Desenvolvimento defendiam que a formação de capital era essencial para o desenvolvimento. Entretanto, se deixada apenas para as forças de mercado, sua magnitude seria insuficiente devido ao fato de os agentes não incorporarem as economias externas criadas a partir de seus atos. No início de 1970, por outro lado, o papel do Estado na economia, tanto em países desenvolvidos quanto em subdesenvolvidos passou a ser crescentemente mal visto. Dentro os fatores que levaram a essa alteração, destacam-se a má alocação de recursos e ineficiência produtiva, “*rent-seeking*”, *lobby* e a evidência de que os Tigres Asiáticos cresceram voltados para “fora”. Nesse contexto, passou a predominar a visão de que “*government failure*” seria mais danosa do que eventuais falhas de mercado.

A partir desse ponto, reformas e avanços institucionais que visando criar incentivos corretos para uma adequada alocação dos recursos passou a ser a norma. O governo deveria manter seu papel restrito às suas atribuições clássicas, ou seja, fornecer bens públicos e garantir o bom funcionamento

dos mercados, inclusive reduzindo barreiras ao comércio externo. Em suma, para Wade (1990), a economia neoclássica, que passou a ser predominante nesse período, enfatiza os seguintes pontos para atuação do estado:

1. Maintain macroeconomic stability 2. Provide physical infrastructure especially that which have high fixed costs in relation to variable costs, such as harbors, railways, irrigation canals, and sewers 3. Supply "public goods," including defense and national security, education, basic research, market information, the legal system, and environmental protection 4. Contribute to the development of institutions for improving the markets for labor, finance, technology, etc. 5. Offset or eliminate price distortions, which arise in cases of demonstrable market failure 6. Redistribute income to the poorest in sufficient measure for them to meet basic needs. (Wade, 1990, p. 11).

Políticas setoriais passaram raramente ser justificadas, pois o princípio das vantagens comparativas norteia a economia neoclássica tanto na política industrial interna quanto externa. O livre-mercado, ao induzir a alocação dos recursos para onde eles são mais eficientes, é o fim a ser buscado. De qualquer modo, vale destacar que Wade (1990) argumenta que as evidências de que o livre mercado e a baixa intervenção estatal levam ao desenvolvimento são controversas e incompletas.

CAPÍTULO 7

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente ensaio buscou resgatar os debates e as controvérsias existentes entre autores pioneiros da teoria do desenvolvimento econômico. A motivação básica remete a compreensão de que muitas das concepções e formulações realizadas pelos clássicos, apesar de não terem sido inicialmente formalizadas ou, muitas vezes, não aplicadas da melhor maneira pelos formuladores de políticas, não invalida a importância para a compreensão dos processos e mecanismos inerentes ao desenvolvimento econômico. Em especial, foi considerado as seguintes controvérsias: a existência de dualismo setorial e de estágios de desenvolvimento; o papel das instituições, da classe empreendedora e do capital humano; a necessidade de um crescimento (des)equilibrado; os determinantes do desenvolvimento e/ou sua eventual estagnação; e a (im)possibilidade de benefícios nas relações entre países subdesenvolvidos e desenvolvidos.

De modo geral, partiu-se da hipótese, como defendido por Krugman (1993), de que a leitura e a recuperação dos pioneiros da teoria do desenvolvimento econômico podem ser úteis no sentido de resgatar ideias e conceitos que foram “abandonados” pelo *mainstream* econômico, mas que, na prática, ainda são essenciais para a compreensão dos processos inerentes ao desenvolvimento. Apesar do esforço no sentido de recuperar os debates e controvérsias existentes entre os autores clássicos, uma lacuna importante que ainda permanece, a qual poderia ser objeto de pesquisas futuros, é a busca por conectar muitas das contribuições dos pioneiros aos debates contemporâneos da teoria do desenvolvimento econômico, enfatizando as possíveis conexões e atualidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, A. James. **Why Nations Fail**. New York: Crown Publishers, 2012.
- AKBULUT, Bengi, ADAMAN, Fikret, MADRA, Yahya. The decimation and displacement of development economics. **Development and Change**, vol. 46 (4), pp. 733-761, 2015
- AMARAL FILHO, J. DO. Prebisch-Cepal: revisitando o “Manifesto de Havana”. **Economia e Sociedade**, v. 27, n. 1, p. 29-59, 25 maio 2018.
- AMSDEN, Alice. **The Rise of “The Rest”: challenges to the West from late-industrializing economies**. Oxford: Oxford University Press, cap. 1 (pp. 1-28), 2001.
- ARRIGHI, Giovanni. Labour supplies in historical perspective: a study of the proletarianization of the African peasantry in Rhodesia. **Journal of Development Studies**, Vol. 6 (3), pp. 197-234, 1970.
- BANERJEE, V. Abhijit; DUFLO, Esther. **Poor Economics: A Radical Rethinking of the Way to Fight Global Poverty**. New York: PublicAffairs, 2011.
- BIANCHI, A. M. Albert Hirschman na América Latina e sua trilogia sobre desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, v. 16, n. 2, p. 131-150, 11 jan. 2016.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico. **Revista de Economia Política**, vol. 36, nº 2 (143), pp. 237-265, abril-junho, 2016.
- CARDOSO, Fernando Henrique, FALETTO, Enzo. **Dependency and Development in Latin America**. Trad. Marjory Urquidi. Berkeley: University of California Press, 1971.
- COUTINHO, M. C. Furtado e seus críticos. **Economia e Sociedade**, v. 28, n. 3, p. 741-761, 15 dez. 2019.
- COUTO, J. M. O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch. **Economia e Sociedade**, v. 16, n. 1, p. 45-64, 1 jan. 2007.
- DEATON, Angus. **The Great Escape: Health, Wealth, and the Origins of Inequality**. Princeton: Princeton University Press, 2013.
- FERNANDES, C. B. S.; MOREIRA, V. G. Armadilha de lucratividade e Big Push: considerações a partir de Rosenstein-Rodan. **Economia e Sociedade**, v. 24, n. 3, p. 573-587, 27 out. 2016
- FISHER, Andrew. The end of peripheries? On the enduring relevance of structuralism for understanding contemporary global development. **Development and Change**, Vol. 46 (4), pp. 700- 732, 2015.

- FRANK, Andre Gunder. **The development of underdevelopment**. In: FRANK, Andre Gunder. Latin America: underdevelopment or revolution. Nova York: Monthly Review Press, pp. 3-17, 1966/1969.
- FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. 5th Ed. São Paulo: Editora Nacional, cap. 21, pp. 281-291, 1966/1975.
- FURTADO, Celso. Formação de capital e desenvolvimento econômico. **Revista de Economia Brasileira**, Vol. 6 (3), pp. 7-35, 1952.
- GALLAGHER, Kevin. **The China Triangle: Latin America's China Boom and the fate of the Washington consensus**. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- GOLLIN, Douglas. The Lewis model: a 60-year retrospective. **Journal of Economic Perspectives**, Vol. 28 (3), pp. 71-88, 2014.
- HARBELER, Gottfried. **International Trade and Economic Development**, Cairo: National Bank of Egypt, 1959.
- HIRSCHMAN, Albert O. **The Strategy of Economic Development**. New Haven: Yale University Press, 1958.
- HIRSCHMAN, Albert. The political economy of import-substituting industrialization in Latin America. **Quarterly Journal of Economics**, Vol. 82 (1), pp. 1-32, 1968.
- HIRSCHMAN, Albert O. **The rise and decline of development economics**. In: HIRSCHMAN, Albert O. Essays in Trespassing: economics to politics and beyond. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 1-24, 1981.
- KRUEGER, Anne. Trade policy and economic development: how we learn. **American Economic Review**, Vol. 87 (1), pp. 1-22, 1997.
- KRUGMAN, Paul. **Toward a conter-counterrevolution in development theory**. Proceedings of the World Bank Annual Conference on Development Economics 1992, pp. 15-38, 1993.
- KUZNETS, Simon. Economic growth and income inequality. **American Economic Review**, Vol. 45 (1), pp. 1-28, 1955.
- LAL, Deepak. **The Poverty of 'Development Economics**. Londres: Institute of Economic Affairs, 1983/2002.
- LEWIS, W. Arthur. Economic development with unlimited supplies of labour. **Manchester School of Economic and Social Studies**, Vol. 22 (2), pp. 139-191, 1954.
- MEIER, Gerald M. **The formative period**. In: MEIER, Gerald M., SEERS, Dudley (orgs.). Pioneers in Development Vol. 1. Oxford: Oxford University Press, 1984.
- MEIER, Gerald M. **On Getting Policies Right**. In: MEIER, Gerald M., SEERS, Dudley (orgs.). Pioneers in Development Vol. 2. Oxford: Oxford University Press, 1987.

- MYRDAL Gunnar. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. Trad. N. Palhano. Rio de Janeiro: Saga, 1956/1972.
- MYRDAL Gunnar. **Need for Reforms in Underdeveloped Countries**. In S. Grassman and E. Lundberg, eds., *The World Economic Order: Past and Prospects* (London: Macmillan), pp. 502-506, 1981.
- NURKSE, Ragnar. Problemas da formação de capital em países subdesenvolvidos. **Revista de Economia Brasileira**, Vol. 5 (4), Parte I (pp. 11-34), 1951.
- NURKSE, Ragnar. **Problems of Capital Formation in Underdeveloped Countries**. New York: Oxford University Press, 1953.
- OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à Razão Dualista / O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 1972/2003.
- PINTO, Aníbal. “**Notas sobre os estilos de desenvolvimento na América Latina**”, in: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta Anos de Pensamento na Cepal*. Trad. de Vera Ribeiro. Vol. 2. Rio de Janeiro: Record, pp. 609-649, 1976/2000
- PREBISCH, Raúl. **O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas**. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Record, pp. 69-136, 1949/2000.
- PREBISCH, Raúl. Commercial policy in the underdeveloped countries. **American Economic Review**, Vol. 49 (2), pp. 251-273, 1959.
- RODRIK, Dani. D. **Handbook of Development Economics**. 5th ed. Amsterdam: North-Holland, 2010.
- ROSENSTEIN-RODAN, Paul N. Problems of Industrialization of Eastern and South-Eastern Europe. **Economic Journal**, Vol. 53 (210/211), pp. 202-211, 1943.
- ROSENSTEIN-RODAN, Paul N. **Notes on the theory of the ‘Big Push’**. In: ELLIS, Howard S., WALLICH, Henry C. (orgs.). *Economic Development for Latin America*. Londres: Macmillan, pp. 57-81, 1963.
- ROSTOW, W.Walt. The Stages of Economic Growth. **The Economic History Review**, 12: 1-16, 1959.
- SCITOVSKY, Tibor. Two concepts of external economies. **Journal of Political Economy**, Vol. 62 (2), pp. 143-151, 1954.
- SCHULTZ, W. Theodore. Nobel Lecture: The economics of Being Poor. **Journal of Political Economy**, Vol. 88, No. 4, pp. 639-651, 1980.
- SCHULTZ, W. Theodore. Reflections on Agricultural Production, Output and Supply. **Journal of Farm Economics**. 38 (3): 748–762, 1956.

- SCHULTZ, W. Theodore. Capital Formation by Education. **Journal of Political Economy**. 68 (6): 571–583, 1960.
- SEN, Amartya. **The Concept of Development**. In Handbook of Development Economics. Chenery, H and Srinivasan, T.N. (ed). Elsevier, 1988.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento com Liberdade**. São Paulo. Companhia de Letras. 1999.
- SINGER, Hans. The distribution of gains between investing and borrowing countries. **American Economic Review**, Vol. 40 (2), pp. 473-485, 1950.
- STREETEN, Paul. Unbalanced Growth. **Oxford Economic Articles**, 11(2): 167-90, 1959.
- VINER, Jacob. **International trade and Economic Development**. Oxford: Clarendon Press, 1953.
- WADE, Robert. **Governing the Market: economic theory and the role of government in East Asian industrialization**. Princeton: Princeton University Press, 1990.



ISBN 978-655376304-3



9 786553 763043